SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
Edição Bimestral
JAN/FEV 2008
Ano XIII • nº 35
O STJ bem perto de você!

SERVIDOR

Servidor terá ajuda maior para comprar material escolar dos filhos

Fevereiro, o mês das despesas

Fevereiro chegou. O menor mês do ano é também o que traz as maiores despesas. Dívidas das férias, impostos e o pesadelo da maioria dos pais: a lista de material escolar. Casados há 22 anos, o servidor do STJ Walter Disney e a professora Solange Noleto são pais de nove filhos com idades entre 1 e 18 anos. E já estão planejando a chegada do décimo. Com exceção da mais nova, todos são estudantes. Abastecer tantas mochilas sem desequilibrar o orçamento exige muito esforço do casal.

A maratona da família começa em dezembro. "Nessa época o comércio nas papelarias ainda é fraco e sempre tem muitas promoções", aproveita Walter. Uma parte das compras é feita em lojas que vendem no atacado, já que quase tudo é comprado em caixas. Caixas de caneta, caixas de lápis, caixas de papel, caixas de caderno... Mas nem sempre o atacadista é a melhor opção. Aí é partir para a pesquisa no varejo e aproveitar os melhores preços. Segundo Walter, dá trabalho, mas compensa. "Dessa forma costumo gastar em torno de R$ 2,5 mil com o material, porque, se eu fosse direto em uma loja comprar tudo de uma vez, como a maioria dos pais faz, iria gastar três vezes mais."

Para aliviar o peso desse gasto no orçamento familiar, os servidores do STJ contam com uma boa ajuda do Pró-Ser: o auxílio material escolar. O benefício é pago a todos os servidores inscritos no Pró-Ser que tenham dependentes com idade entre 7 e 14 anos. Como Walter Disney tem três filhos nessa faixa, vai receber R$ 1.350,00.

Neste ano o benefício teve reajuste. Passou de R$400,00 para R$450,00. Ele será pago na folha de fevereiro, com crédito previsto para 23/02. O servidor receberá o auxílio para cada dependente dentro da faixa etária estabelecida pelo programa, cumulativamente. Para receber o auxílio material escolar, concedido uma vez por ano em única parcela, basta que o dependente esteja inscrito no Pró-Ser. O pagamento é automático, sem necessidade de qualquer requerimento.

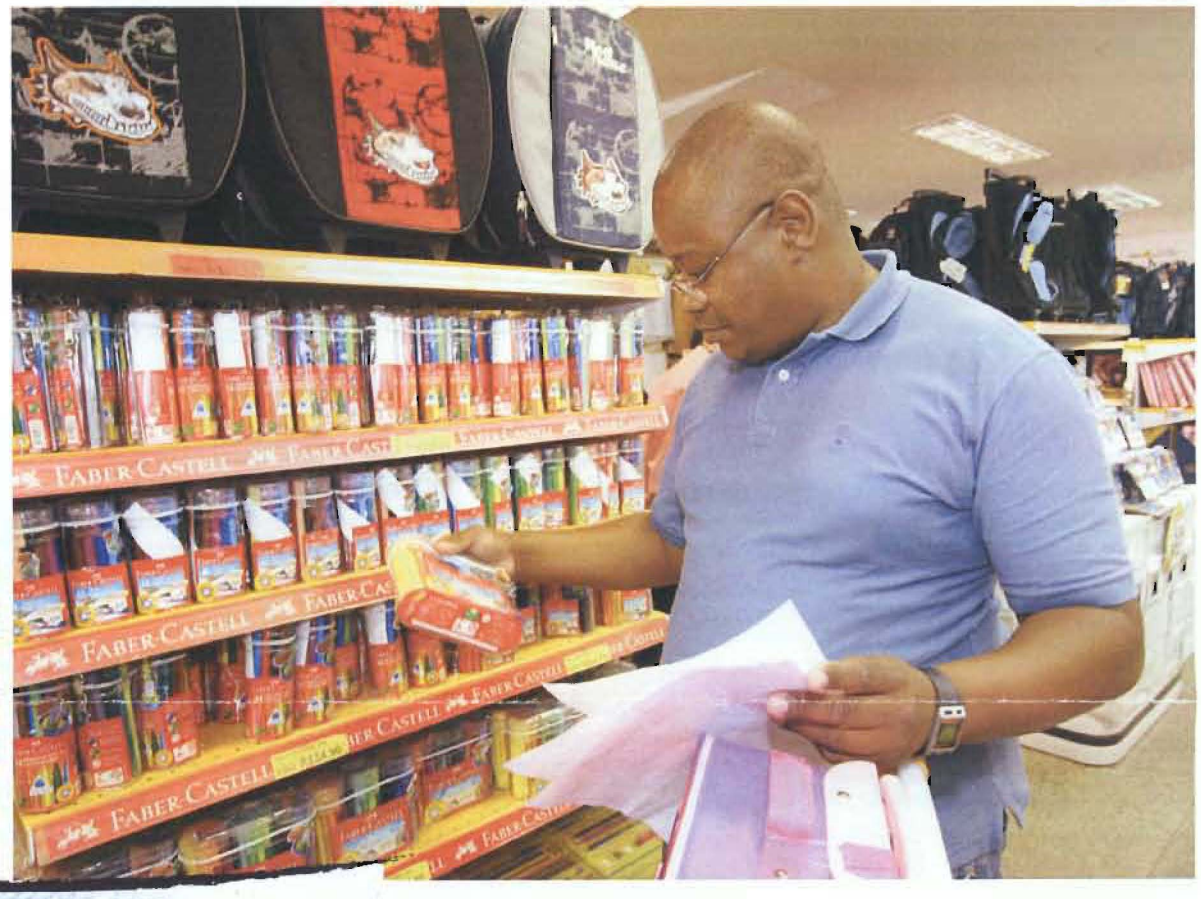
Outra boa notícia é que o auxílio material deixou de ser considerado renda porque não caracteriza acréscimo patrimonial. Com esse novo entendimento, a partir deste ano não haverá mais incidência de imposto de renda sobre esse pagamento.

Economize nas compras

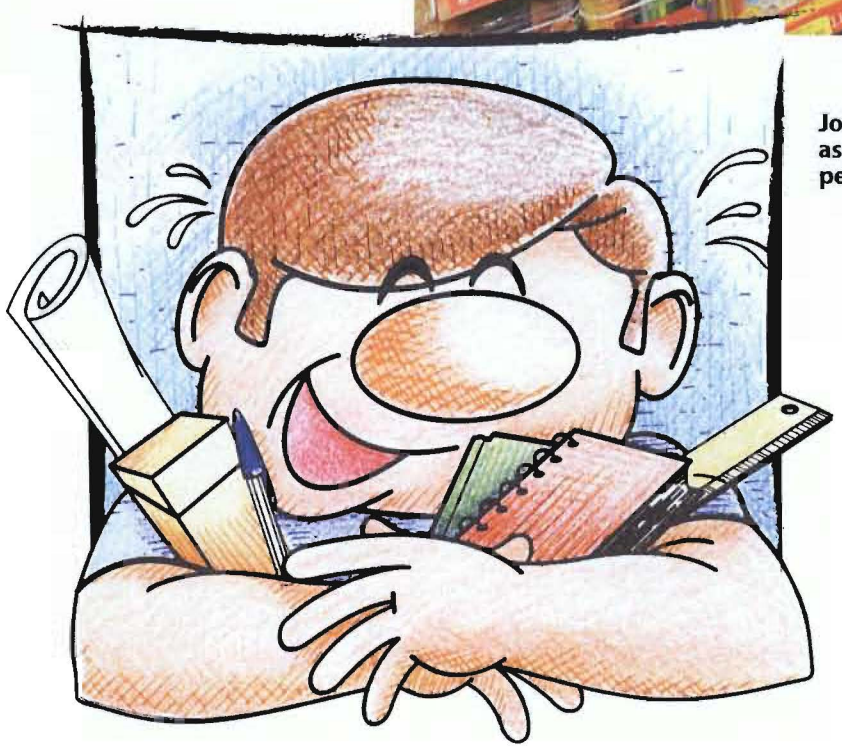
Cuidado com os maiores vilões nas compras de material escolar: as crianças. Elas são *expert* em marcas e conhecem bem os produtos da moda. Caderno com o personagem favorito, canetas brilhosas, borracha com cheiro, apontador em forma de bicho... Tudo "muito legal" e bem mais caro do que o produto comum. Com tantas opções à disposição e aquela carinha do seu filho encantado com as novidades, é melhor não arriscar. Para evitar aborrecimentos, decepção e uma conta muito mais cara do que o necessário, não leve as crianças às compras. Elas vão insistir, mas é preciso ser forte nessa hora.

Outra dica de economia é olhar bem a mochila do ano passado antes de comprar material novo. Veja o que está em bom estado, como dicionário, régua, tesoura, lapiseira, estojo... A teoria do "lavou tá novo" se aplica em muitos casos.

Foto: Sandra Fado



José Ricardo faz compras para as duas filhas, após detalhada pesquisa de preços



Por falar em mochila, essa é a pior época do ano para comprar uma nova. Se for possível, espere até março.

Pesquisa de preço é outra regra obrigatória para quem quer gastar menos. Nessa etapa, os pais contam com a ajuda do Procon/DF, que fez um levantamento do preço de material básico em oito papelarias. A maioria dos produtos apresentou diferença de preços superior a 100%. Alguns, como borracha e apontador, tiveram variação próxima de 1000%. A pesquisa está na internet, no site www.procon.df.gov.br. É bom dar uma olhada e ter a lista como referência.

Na hora de pagar as compras, a opção à vista com desconto é a melhor escolha. Mesmo com a ajuda do Pró-Ser, nem sempre isso é possível. Parcelar é uma boa alternativa. Mas faça o menor número de prestações possível porque IPTU e IPVA estão vindo aí... Qualquer modalidade de pagamento com juros é uma péssima escolha. Entrar no cheque especial então, nem pensar!

Se a coisa estiver feia mesmo, os economistas recomendam um empréstimo consignado, que tem juros mais baixos que o cheque-especial e o cartão de crédito. Essa é a opção do servidor José Ricardo Cardoso, o JR, da Segurança. Ele tem onze filhos de oito relacionamentos. Quase 60% dos seus rendimentos são comprometidos com o pagamento de pensões alimentícias. Para dar conta das despesas com material das duas filhas mais novas, Thayza, de 11 anos e Thatianna, de 6, que vivem com ele, o jeito é fazer empréstimo. "Todos os anos faço uma pesquisa de preços e pego um financiamento de seis meses para comprar o material escolar."

Assistência Pré-Escolar

Outro benefício de grande ajuda no orçamento familiar é a Assistência Pré-Escolar. Ele é pago mensalmente aos servidores que tenham dependentes com idade entre zero e seis anos, inclusive. Não recebem o auxílio as servidoras cujo dependente tenha de zero a um ano e freqüente o berçário do STJ.

Neste ano a assistência pré-escolar não terá reajuste. Permanecerá em R$450,00 por dependente. Quem recebe esse benefício contribui com uma parte dele. O percentual de participação do servidor, que vai de 5% a 25%, varia de acordo com a renda.

A Coordenaria de Orçamentos e Finanças (COFI) informou que nenhum benefício pago com recursos orçamentários deverá ter reajuste neste ano. Por conta do fim da CPMF, que implicará a perda de arrecadação de R$ 40 bilhões para os cofres públicos, os três Poderes da União terão que cortar gastos. O STJ não ficou de fora. Terá que reduzir o orçamento, o que dificulta qualquer reajuste nos benefícios. Pelo menos por enquanto, a assistência pré-escolar e os auxílios alimentação e transporte permanecem com os valores do ano passado. ▪

Andréa Vieira – andréa.vieira@stj.gov.br

TRIBUNAL

Muitas novidades nos procedimentos de trabalho estão reservadas aos servidores no início deste ano

Mudanças tecnológicas à vista

Para levar aos cidadãos uma justiça rápida, eficaz e transparente, o STJ tem usado os mais avançados recursos tecnológicos. Já no primeiro trimestre deste ano, muitas novidades nos procedimentos de trabalho, rumo à era do processo 100% informatizado, serão implantadas. A primeira delas será a substituição do Diário da Justiça impresso pelo Diário da Justiça eletrônico (Dje) do Tribunal.

O STJ vai manter a versão impressa do DJ até o dia 29 de fevereiro de 2008. Nesse período, a publicação em papel, feita pela Imprensa Nacional, será veiculada simultaneamente com a eletrônica. Após essa data, o DJ impresso não mais circulará.

A medida facilita ainda mais a consulta aos atos e comunicações do Tribunal. O acesso ao DJe é gratuito. As publicações podem ser utilizadas nos processos como documentos oficiais e ficam no site por tempo indeterminado, o que permitirá ao usuário recuperar edições anteriores. Além disso, a administração pública vai economizar dinheiro e papel.

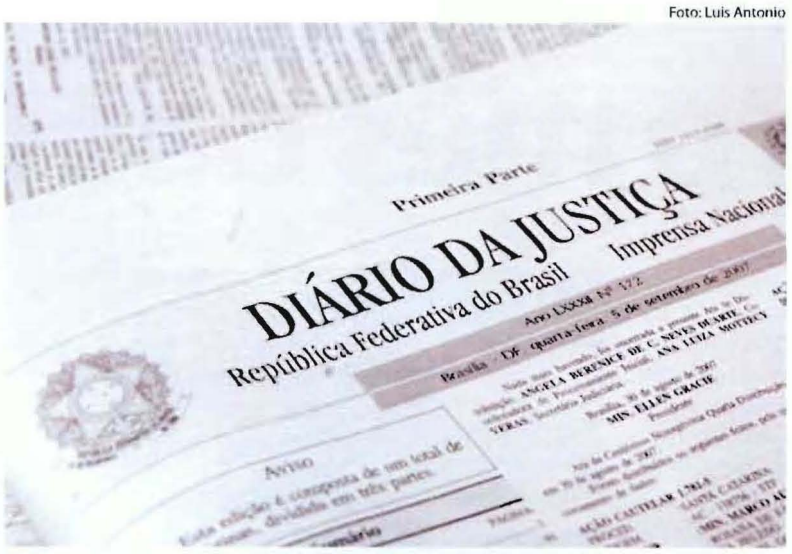
A versão eletrônica do Diário da Justiça é mais um passo do Poder Judiciário em direção à informatização do processo judicial. A medida foi estabelecida pela Lei n. 11.419/2006. O serviço está na tela principal do site, no menu à direita, abaixo do campo da Consulta Processual.

Novo endereço

Ainda haverá, a partir de março, a mudança no endereço do site do STJ. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os endereços eletrônicos do Judiciário deverão ser padronizados. O novo domínio a ser utilizado nos sites será o "jus". Com isso, para navegar pelo site do Tribunal, você terá que digitar www.stj.jus.br. As regras para a mudança de domínio e as tabelas que estabelecem os endereços eletrônicos estão na Resolução nº 45 de 17 de dezembro de 2007.

De acordo com a resolução, a medida é para garantir ao cidadão o acesso às informações de forma precisa, sem a necessidade de conhecer suas ramificações e particularidades. Segundo o gestor de domínios do STJ, Cristiano Abadia, os sites do Judiciário, em especial os nomes dos domínios, foram feitos ao longo dos anos sem um padrão. "Isso dificulta o acesso dos usuários, por isso a necessidade de se padronizarem os endereços eletrônicos da Justiça."

Foto: Luis Antonio



As decisões do STJ estarão disponíveis somente na internet

A resolução permite também o uso de acentos, hífen e cedilha na escrita dos endereços eletrônicos. Desse modo, a palavra "justiça" pode ser escrita com o uso de cedilha, e não mais com "c" como era feito. Mas esses caracteres não poderão ser utilizados nos endereços de e-mails.

Os tribunais têm 90 dias a partir da publicação para fazer as alterações dos endereços. A equipe do STJ responsável pela mudança trabalha a todo vapor para colocar o novo domínio no "ar". "Temos várias equipes envolvidas nesse projeto para que possamos realizar a mudança no prazo e, também, para que não haja impacto no acesso dos usuários", conta Cristiano Abadia, chefe da Seção de Segurança de Rede do Tribunal.

Para que não haja surpresas, os funcionários do Tribunal serão avisados sobre a mudança de domínio do Judiciário. Serão feitas campanhas de divulgação na intranet, internet e nos endereços eletrônicos.

Custas judiciais

Outra novidade para este trimestre é a cobrança de custas judiciais em 26 tipos de processos da competência do STJ. A lei respectiva foi sancionada pelo presidente da República no último dia 28 de dezembro. O STJ é o único tribunal que ainda não faz a cobrança. A medida será colocada em prática a partir do dia 27 de março.

Os valores da custas judiciais variam de R$50 a R$ 200. Não serão cobradas as custas nos processos de habeas-data, habeas-corpus e recurso em habeas-corpus. O pagamento deverá ser feito em banco oficiais, mediante o preenchimento de Guia de Recolhimento da União (GRU), disponível no site do STJ.

O assessor da Secretaria dos Órgãos Julgadores Rodrigo Campos alerta aos advogados que, exceto em caso de isenção, nenhum processo será distribuído sem o pagamento das custas judiciais. Os processos sem o comprovante de pagamento das custas serão autuados, certificados e submetidos ao presidente do Tribunal. ▪

Tatiara Lima – tatiara@stj.gov.br

SERVIDOR

Papel reciclado: moralmente correto, ecologicamente necessário, entra na rotina de trabalho

Tribunal com papel ecológico

Fotomontagem

A utilização de papel reciclado no STJ ainda é uma novidade, mas já começa a entrar no dia-a-dia dos servidores. A idéia, de autoria da servidora Sylvia Bulcão Vianna, foi vencedora do Prêmio Servidor de 2006, organizado no âmbito do projeto estratégico STJ Ambiental, já vem sendo utilizada e foi responsável pela escolha do material para o calendário e agenda deste ano.

Neste primeiro momento, quando ainda é preciso disseminar a nova idéia, o Tribunal adquiriu em outubro três mil resmas de papel reciclado. O novo hábito está pegando aos poucos. Wanderlei Gomes, analista do almoxarifado, aponta que a demanda ainda é pequena, pois alguns servidores têm dúvidas sobre a utilização do material. Mas os servidores podem ficar tranqüilos, a regulamentação do Tribunal autoriza a utilização do papel em todas as comunicações internas e nos processos administrativos. A determinação apenas destaca que "nos documentos oficiais e judiciais será utilizado preferencialmente papel branco convencional".

Fábio Luiz da Silva, analista da Seção de Programas da Cidadania Organizacional, destaca que a utilização sustentável do papel contribui bem mais do que pensamos para a preservação ambiental. O exemplo de cidadania causa menos danos ao planeta em todos os estágios do ciclo do papel. Ele explica que, para a fabricação de cada tonelada de papel branco, são utilizados 100 mil litros de água, enquanto a produção de uma tonelada de papel reciclado necessita apenas de dois mil litros.

No ano de 2007 o STJ utilizou 37.298 resmas de papel branco, do formato A4, algo em torno de 80 toneladas. Assim, sendo que papel também é água, se 30 toneladas desses papéis fossem ecológicos, teríamos, mesmo que indiretamente, proporcionado a economia de 2 milhões e 940 mil litros de água! "Isso sem contar a poluição que as indústrias de papel branco geram devido à utilização de componentes como a lixívia negra" (composto químico altamente tóxico, utilizado para clarear o papel). E olha que ainda nem falamos em desmatamento! Fábio chama a atenção ainda para a importância de reutilizar os papéis como rascunho, por exemplo, além de separar um lixo específico para os papéis, visto que o Tribunal fornece o material a uma associação de catadores, outros importantes personagens para a reciclagem.

Um dos setores que mais tem utilizado o papel reciclado é o Pró-Ser. Para Célia de Fátima Oliveira, chefe da Seção de Informações e Gestão de Contratos do Pró-Ser, a preocupação com o meio ambiente deve ser contínua. Segundo ela, a adesão ao novo papel no setor foi muito boa, pois lá, inclusive devido a incentivos de alguns colegas, hoje todos são preocupados com as questões ambientais. Célia explica que, além de separar os lixos, boa parte dos que ali trabalham trazem copos de suas residências, evitando o uso dos descartáveis. Para a servidora, o resultado "não é tão perceptível a curto prazo, mas essas são ações nas quais todos nós podemos nos envolver".

Neste ano, vamos fazer do nosso trabalho um exemplo ainda maior de cidadania e respeito ambiental! Assim, com certeza, as futuras gerações irão colher (e coletar) um mundo mais sustentável e equilibrado. Você pode começar utilizando o papel reciclado! ▪

Mateus Doumis – Mateus.guimaraes@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

MAR 2008

Ano XIII • nº 36

TRIBUNAL

STJ desenvolve ferramenta inovadora que calcula quanto custa cada processo para a sociedade

O preço da Justiça

Você sabe quanto custa para o STJ a tramitação de um processo? Qual a participação da sua unidade nesse custo? O que é mais caro: julgar um habeas-corpus ou um recurso especial? Responder a essas perguntas foi um desafio que demandou muito trabalho para a equipe da Coordenadoria de Auditoria da Secretaria de Controle Interno do Tribunal e resultou na criação do Sistema Prisma. É uma inovadora ferramenta de gestão que permite avaliar os custos gerados por todas as atividades envolvidas na missão de julgar.

O Sistema Prisma é pioneiro porque vai além de outros mecanismos de acompanhamento orçamentário. Ele combina informações de sistemas como o Siafi, que acompanha os gastos federais, e programas corporativos do STJ. Entre eles, está o Administra, que controla os bens patrimoniais, materiais de consumo, contratos e compras. Existe ainda o Justiça, que cuida da tramitação dos processos judiciais e o SARH, que aponta os gastos com pessoal. O Prisma reúne todos os pagamentos efetuados e identifica o tipo de custo e seu destino. Assim, é possível quantificar o custo de cada unidade do Tribunal. (veja tabela)

O custo

O Sistema Prisma está sendo gradativamente apresentado às unidades e tem surpreendido os gestores. "Nós não tínhamos noção de quanto custamos", afirmou Valéria Almeida, coordenadora da Taquigrafia. Ela levou um sustou quando soube que sua coordenadoria custou no ano passado R$19 milhões aos cofres públicos. É uma das mais caras do STJ.

Passado o choque inicial, Valéria constatou que a Taquigrafia é uma das unidades mais caras porque é a que tem o maior quadro de pessoal. São 130 servidores, sendo 97 taquígrafos. O gasto com folha de pagamento representa 95% dos custos da unidade. Depois de uma reflexão, Valéria se deu conta de que já havia reduzido drasticamente outros gastos, como o consumo de papel, e concluiu que cortar servidores resultaria em perda de eficiência, o que não é interesse de ninguém. "Foi uma iniciativa fantástica para despertar na gente a consciência com os gastos", elogia. Ela gostaria que cada servidor também soubesse o quanto custa para que ele se empenhasse em fazer valer os recursos públicos que consome.

Depois de identificado o preço de cada unidade, o sistema calcula com quanto cada um desses setores contribui na composição do custo dos processos que tramitam no STJ. Esse cálculo leva em consideração os gastos com pessoal, material, depreciação de equipamentos e outras despesas de custeio, como água, energia e limpeza. O principal vetor de custo do processo é o tempo de permanência no Tribunal, considerando da entrada no STJ ao arquivamento ou baixa, que é a conclusão do julgamento.

As primeiras avaliações de custo processual foram feitas com processos que chegaram ao STJ depois de 31/03/2006 e foram encerrados no exercício de 2007. A medição, bastante complexa, foi diária para cada processo. O sistema avalia cada unidade percorrida pelo processo e a quantidade diária de processos nessa unidade. Assim é possível calcular o custo proporcional por processo. Da mesma maneira, são contabilizados os custos das áreas de apoio.

Foto: Sandra Fado

Equipe responsável pela criação da ferramenta inovadora

APROPRIAÇÃO DE CUSTOS POR CLASSE DE PROCESSO

CLASSE	CUSTO TOTAL CLASSE	%	QUANT. PROCESSOS	%	CUSTO MÉDIO PROCESSO	TEMPO MÉDIO DIAS CLASSE
OUTRAS	12.462.008,78	7,15%	10.817	4,74%	1.152,08	148
HC	15.373.420,55	8,83%	17.631	7,72%	871,95	159
CC	20.283.860,05	11,64%	20.370	8,92%	995,77	139
REsp	49.767.311,80	28,57%	62.358	27,30%	798,09	160
Ag	76.316.211,64	43,81%	117.220	51,32%	651,05	124
TOTAL	174.202.812,80	100,00%	228.396	100,00%	762,72	147

Obs.: Processos iniciados depois de 31/03/2006 e encerrados no exercício de 2007.

O sistema possibilita saber o custo dos processos e de cada área do Tribunal

Seguindo essa metodologia, a Coordenadoria de Auditoria constatou que, naquele universo de processos, os habeas-corpus permaneceram, em média, 159 dias no STJ ao custo médio de R$ 871,95. Já um recurso especial custou R$ 798,00 em média, com permanência de 160 dias. Os agravos de instrumento representaram 51,32% dos processos avaliados. Eles ficaram, em média, 124 dias no STJ ao custo de R$ 651,05. O coordenador, Alfredo Wagner de Andrade, explica que o cálculo é feito para cada processo individualmente e que não é raro encontrar valores discrepantes. Já houve recurso especial que ficou no STJ apenas dois dias e custou R$10,00. Em outro caso, o mesmo tipo de processo ficou 622 dias na casa e custou R$3.627,97.

A medição dos custos

A falta de um mecanismo preciso de aferição dos custos comprometeu o cumprimento de uma das metas do Plano de Gestão Estratégico 2006/2008. A de reduzir em 10% os custos do processo judicial até dezembro de 2007. "Não tínhamos uma forma de medição precisa para apurar os custos e comparar com anos anteriores. Foi preciso criar uma ferramenta de medição de custos, que até então não existia no Poder Judiciário", declara Wagner. Com a implantação do Prisma, agora é possível não só medir e comparar os custos, como otimizar a gestão de recursos públicos.

O Sistema Prisma ainda é um protótipo que se mostrou muito eficiente na fase de testes, mas está disponível apenas nos computadores da Coordenadoria de Auditoria. Agora cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação desenvolver um aplicativo para que o sistema seja acessível a todos os gestores do Tribunal.

A criação dessa ferramenta é motivo de orgulho para a equipe da Coordenadoria de Auditoria, que conseguiu desenvolver o primeiro mecanismo de medição de custos no Poder Judiciário. O setor já recebeu pedidos de outros tribunais para conhecer o Prisma.

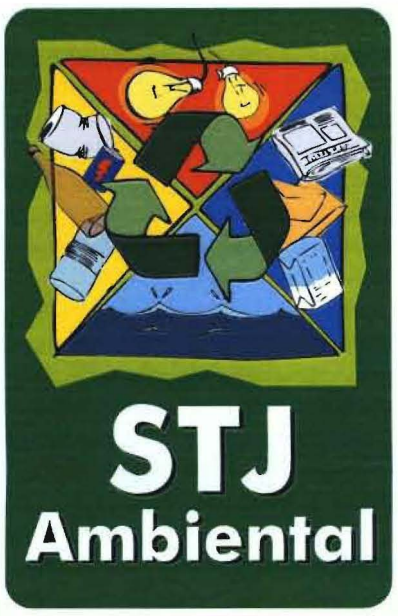
Foi também um desafio pessoal para Wagner, economista e administrador com 30 anos de experiência no Banco do Brasil e 13 anos no Judiciário. Desde que trabalhou no Supremo Tribunal Federal, ele já pensava em como medir o preço da Justiça, mas foi no STJ que a idéia virou ferramenta. "Aqui encontrei a equipe que é hoje a que mais entende de custos da prestação jurisdicional talvez no Judiciário todo. Os servidores toparam o desafio e botaram a mão na massa." ▪

Andréia Vieira – andreia.vieira@stj.gov.br

STJ Ambiental: 2008 é o ano da ecologia no Tribunal

A hora e a vez do meio ambiente

O Superior Tribunal de Justiça está na rota da ecologia sustentável. Desde 2004, servidores da Casa participam de um grupo de estudos sobre o programa de educação ambiental para o setor público. Os profissionais discutem a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o programa tem o objetivo de implementar uma gestão ambientalmente saudável das atividades administrativas e operacionais do Estado, adotando tecnologias eco-eficientes e menos poluentes capazes de poupar matéria-prima e energia, além de reciclar os resíduos produzidos nas instituições governamentais.



Alguns órgãos do governo já utilizam critérios sócio-ambientais nos procedimentos de licitação de serviços e compra de produtos. Outros também aplicam medidas de eliminação de desperdício, como as adotadas no STJ com a coleta seletiva de papéis e copos plásticos, descarte de lâmpadas fluorescentes, reciclagem de cartuchos de impressoras coloridas e recolhimento de pilhas e baterias de celulares, evitando a contaminação dos aterros sanitários com materiais tóxicos de difícil absorção pela natureza. Todas essas ações em andamento na Casa fazem parte do Projeto STJ Ambiental.

Uma proposta inovadora que tem como missão estimular e promover mudanças de hábitos dos servidores, reacender a ética e a auto-estima de quem trabalha aqui, propiciar uma atmosfera de reflexão sobre os problemas ambientais em todos os setores do Tribunal e implementar a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos em geral.

O Projeto STJ Ambiental se tornou tão importante para o bem-estar do Tribunal que passou a fazer parte das atividades estratégicas da instituição. Isso demonstra que o Tribunal da Cidadania está levando a sério sua parcela de contribuição para preservar nosso bem maior: a qualidade de vida. E, neste ano de 2008, o Projeto promete desenvolver atividades especiais para celebrar o Ano do Planeta Terra, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) visando chamar a atenção dos países para o debate e adoção de medidas ecologicamente viáveis ao redor do mundo.

Agenda

A campanha de conscientização "Pratique Cidadania" já foi lançada e a palestra "Cenários e Desafios da Sustentabilidade Humana – responsabilidade de todos" abriu o ano de pensar o nosso ambiente de trabalho como uma visão holística, no qual todos os elementos – homem, natureza e recursos materiais – precisam conviver em harmonia. E a Seção de Programas da Cidadania Organizacional, da Secretaria de Gestão de Pessoas, promete agitar ainda mais as consciências com várias atividades sobre temas ambientais que devem ser aprovadas para acontecer neste ano. Entre elas:

- STJ Ambiental na intranet – link com informações;
- Exposição Luxo na Semana Ambiental;
- Oficinas de reciclagem na Semana Ambiental;
- Workshops, peças teatrais, educação ambiental a distância e diversas palestras destacando a importância da adoção de uma vida mais ecológica.

"O Projeto STJ Ambiental está retomando suas ações com plena força. O programa é fundamental para o bem-estar do Tribunal e nossa intenção é manter atividades perenes voltadas para a educação ambiental. Então, nada melhor do que aproveitar o Ano do Planeta Terra para brindar os servidores do STJ com esses presentes ecologicamente responsáveis", afirma Heloísa Silva Seraphim, chefe da Seção de Programas Organizacionais.

Renovar é preciso

Se o poeta Fernando Pessoa escrevesse o seu célebre poema hoje, talvez definisse assim os dilemas da existência. Num mundo cada vez mais apressado, os produtos do nosso dia-a-dia são também cada vez mais dispensáveis, descartáveis. Vivemos no império do novo, do "usou, joga fora". Mas o que fazer, então, desse lixo de grandes novidades?

Eis uma preocupação que, enfim, está tomando conta da sociedade. Preservação virou palavra de ordem em 2008, eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano do Planeta. Os cientistas fundadores do *International Year of Planet Earth* declararam ter procurado apoio da ONU para estimular políticos e governantes das 191 nações participantes a utilizar as "ciências da Terra" como meio de desenvolver a sustentabilidade em seus países, o que coloca o meio ambiente como protagonista no cenário desta peça maior: a busca pelo bem-estar de todos os seres vivos.

Em sintonia com essa agenda ecologicamente viável, o STJ implementou um projeto estratégico que vem mudando a maneira como os servidores utilizam os recursos materiais disponíveis na Casa: o *STJ Ambiental*. Os coletores de papel, copos, baterias e pilhas já fazem parte da nossa rotina de trabalho e nos lembram, de forma permanente, a importância de sermos agentes fiscalizadores da nossa própria tendência ao desperdício.

Mas as ações ecológicas não param por aí, pois salvar o planeta depende de atitudes mais responsáveis de todos, em casa e no trabalho. Economia de água, papel, energia é bem-vinda e fundamental para manter o bom convívio do homem com os recursos naturais, que são, infelizmente, finitos. E é justamente para alertar, conscientizar e mudar comportamentos equivocados em relação ao uso de materiais que o Projeto STJ Ambiental começa o ano lançando uma nova e ampla campanha que promete atingir em cheio o coração dos servidores.

Quatro erres e um só objetivo

Recicle, reutilize, reduza e renove. A partir do dia 29 de fevereiro, esses quatro erres vão invadir as dependências do Tribunal, lembrando aos servidores que a preservação da natureza é um dever diário de todo cidadão. Os lembretes se espalharão em diversas formas e tamanhos pelos corredores, elevadores, totens, coletores de lixo, murais. Os "avisos" ecológicos serão anexados nos elevadores, banheiros, totens, murais e corredores. "A campanha vai acompanhar o servidor onde ele estiver, pois a educação ambiental leva tempo e precisa ser reforçada diariamente", explica Eduardo Lessa, servidor da Coordenadoria de Programação Visual e criador dos *banners*, cartazes e demais peças que prometem embelezar a Casa e mobilizar os servidores e visitantes em prol desse bem comum: o planeta.

Praticar a cidadania verde, promovendo um ambiente sustentável na vida familiar e profissional. A campanha vai mexer com os hábitos dos servidores, provocando reflexão: quais medidas podem ser tomadas para reutilizar, reduzir e reciclar os recursos na sua unidade, no STJ e na sociedade? A proposta é que as pessoas adotem atitudes cidadãs como o rodízio de carros, o uso da sacola de pano e de pilhas recarregáveis. Ações que, a princípio, parecem insignificantes, mas que traduzem uma nova maneira de interagir com o mundo e com os nossos vizinhos e colegas. Afinal, respeitar o próximo e a natureza também é preciso ser quisermos construir um futuro habitável para o Brasil. ▪

Luciana Assunção – lassunca@stj.gov.br

Segurança divulga aos servidores cartilha com regras sobre navegação na internet

Navegar é indispensável, mas com segurança

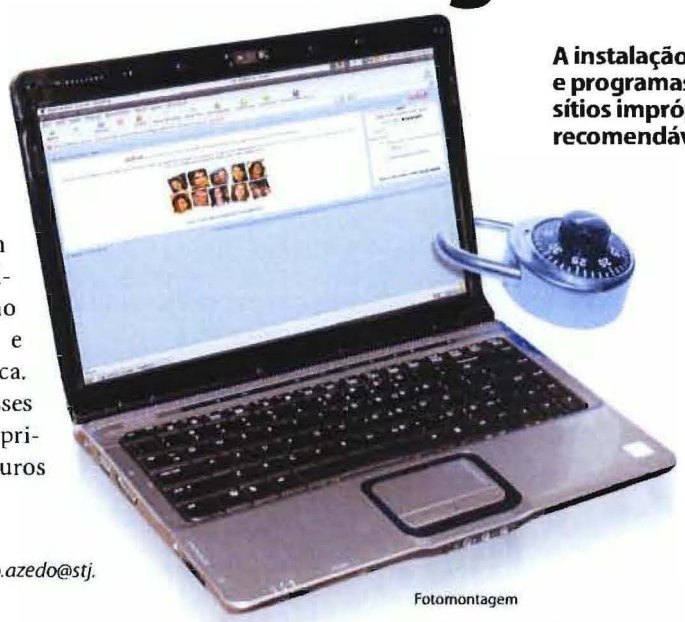
A internet tem potenciais ilimitados para educação e entretenimento. Mas há riscos igualmente grandes. Uma das maiores preocupações atuais da rede é o seu crescente uso por pedófilos. Seja na divulgação de pornografia infantil ou na cooptação de crianças e adolescentes, o problema tem crescido. Recentemente, o Instituto WCF – Brasil, com o apoio do Sesi e Senai, lançou a cartilha "Navegar com Segurança". A Seção de Segurança de Rede do STJ está divulgando o material na intranet.

O chefe do setor, Cristiano Soares Abadia, explica que a divulgação da cartilha visa principalmente ao servidor com filhos menores. "É comum que adultos mal intencionados se passem por crianças ou adolescentes em salas de bate-papo virtuais ou mesmo no Orkut (sítio de relacionamento). Muitas vezes eles descobrem informações dos menores, tentam marcar encontros e até mesmo chantageiam suas vítimas", comenta. Cristiano Soares explica que hoje os crimes eletrônicos, incluindo o de divulgação de pornografia infantil, movimenta milhões de dólares em todo o mundo.

Bloqueio

Cristiano Soares diz que há várias providências que os pais podem tomar para proteger seus filhos, como instalar firewall (mecanismo de segurança na internet) no computador e baixar programas que bloqueiem sítios impróprios. "Mas mesmo um pai que não tenha nenhum conhecimento de informática pode ajudar seu filho simplesmente escutando e aconselhando", ele explica. Alertar os jovens sobre esses predadores da internet é o primeiro passo para evitar futuros problemas. ▪

Fabrício Azevedo – fabricio.azedo@stj.gov.br



A instalação de *firewall* e programas que bloqueiem sítios impróprios são recomendáveis aos pais

Fotomontagem

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
ABR 2008
Ano XIII • nº 37

TRIBUNAL

Pela primeira vez o Tribunal tem à frente da administração grande número de mulheres

Mulheres de valor

Fotos: Sandra Fado

Rose Marie e Shyrlei Lima são as "superpoderosas" do STJ

A presidência do ministro Humberto Gomes de Barros já começou com inovação. É a primeira vez que a área administrativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é comandada por uma mulher – a diretora-geral Shyrlei Maria de Lima. A Secretaria-Geral da Presidência também tem uma mulher à frente, a servidora Rose Marie de Thuin. E a conquista feminina dos mais altos cargos no Tribunal alcança, ainda, as secretarias da Administração. Sete das onze secretarias do Tribunal têm mulheres no comando.

"O sexo não representa diferença em questão de trabalho. Mulher e homem são iguais em questão de força de trabalho, desenvolvimento intelectual", opina Shyrlei Lima, que começou a trabalhar cedo – aos 15 anos era a única mulher de uma empresa de construção que empregava cerca de 600 homens. Em menos de três meses no primeiro emprego, ela já chefiava o escritório administrativo da empresa.

A demora no surgimento de mulheres em postos altos de trabalho deve-se, segundo a diretora-geral, a terem ficado muito tempo em segundo plano. "A mulher era criada para ser submissa e o homem para ser 'o cabeça do casal' – isso, inclusive, estava no antigo Código Civil. Essa cultura impedia que a mulher mostrasse seu talento. Quando ela teve abertura, passou a conquistar as oportunidades." Para a diretora, a mulher tem um olhar mais clínico, detalhista.

Shyrlei Lima destaca a presença de grandes mulheres na história da humanidade, como a heroína francesa e santa católica Joana D'Arc. A dirigente lembra, no entanto, o poder de frases que reprimiram o potencial feminino durante anos, como a conhecida "atrás de um grande homem tem sempre uma grande mulher". "Muitas vezes, a mulher é que era a cabeça do casal, mas ela não podia mostrar suas qualidades, não podia se sobrepor ao homem." Apesar de a história demonstrar as dificuldades pelas quais a mulher passou até a conquista dos estágios de desenvolvimento e independência atuais, Shyrlei Lima é categórica: não há diferença entre homens e mulheres.

Experiência sem preconceito

Servidora de carreira do Poder Judiciário há 22 anos, Shyrlei Lima exerceu vários cargos de chefia no antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR) e no próprio STJ antes de ser convidada para o desafio de ocupar a Secretaria do Tribunal. Para ela, a experiência como secretária-geral da Presidência na gestão do ministro Edson Vidigal (2004/2006) vai ajudar no desenvolvimento do novo trabalho. "Como secretária-geral, tive a oportunidade de ver o STJ de outro ângulo, como se o estivesse vendo do lado de fora, o que facilitou verificar dificuldades e sugerir projetos de melhoria. Em parceria com o Alcides Diniz, que era o diretor-geral à época, pudemos implementar importantes idéias para a Casa", relembra.

Segundo Shyrlei Lima, um dos trabalhos mais marcantes de sua carreira foi a montagem da Corte Especial. "Com a criação do STJ, a Constituição criou também a Corte Especial. Eu e os servidores Rivaldo Lucena e Nely Delgado de Farias organizamos tudo – o funcionamento, os modelos de documentos, os trâmites, enfim, toda a estrutura da Coordenadoria da Corte Especial. Foi um desafio e tanto!" Outra atividade recente destacada por Shyrlei Lima foi a assessoria prestada no Conselho Nacional de Justiça. Ela participou da reestruturação do Regimento Interno do CNJ, ainda em discussão. "Também sugeri e foi criado o departamento de acompanhamento das decisões judiciais", lembra com orgulho.

Apesar de ter ocupado chefias desde jovem, Shyrlei ressalta nunca ter sofrido qualquer tipo de preconceito por ser mulher. "Tive chances desde cedo e nunca passei por situações de constrangimento por ser mulher. Tenho trabalhado muito e sempre peço a Deus que me ajude a cumprir essas missões, que eu consiga fazer a minha parte."

Pouco tempo e muitos projetos

"Grandes atos da humanidade foram feitos em pouquíssimo tempo. Você pode fazer um grande bem ou um grande mal à humanidade em pouco tempo." Com essas frases, Shyrlei Lima dá o tom da gestão do ministro Humberto Gomes de Barros, iniciada no dia 7 de abril e com previsão de término para julho, quando o ministro completa 70 anos.

Vários projetos já estão em andamento, alguns com destaque na melhoria das condições de trabalho dos servidores e outros com o intuito de promover agilidade à Justiça. "É óbvio que, se tivéssemos mais tempo, poderíamos fazer mais ações. Mas podemos fazer uma coisa só que poderá valer para o resto da vida."

Shyrlei Lima ressalta a preocupação do presidente Gomes de Barros em promover ações pró-servidor. O projeto de implantação da Universidade Corporativa está adiantado. O Tribunal está discutindo uma parceria com a Universidade de Brasília. O plano prevê a formação de servidores voltados para áreas específicas do Judiciário, como a Administração Judiciária, recursos, entre outros. "Esse projeto está ligado ao Plano de Cargos e Salários, pois a formação, além de aprimorar os conhecimentos do servidor, vai ajudar na carreira."

Outra iniciativa pró-servidor é a construção da creche do STJ, idéia sugerida pelo ministro Peçanha Martins. O planejamento é que a creche seja erguida na área da Associação dos Servidores do STJ (ASSTJ). "Vamos tentar implementar o projeto da creche nesta gestão ou, pelo menos, deixá-lo bem adiantado. Essa reivindicação foi trazida, desde a gestão do ministro Vidigal, pelas servidoras que são mães. À época, conseguimos, pelo menos, aumentar as vagas no berçário de 20 para 45."

Para a área jurídica três projetos se destacam. O Núcleo de Agravos, criado na gestão do ministro Barros Monteiro, foi transformado no Núcleo de Processos da Presidência (Nupre). O novo setor do STJ deverá implementar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 117, aprovado nas duas Casas do Legislativo. O PLC, que aguarda sanção do presidente da República, prevê o impedimento da subida de REsps sobre temas decididos repetidas vezes pelo STJ. Com isso, os recursos terão solução no Nupre e não serão mais encaminhados aos gabinetes.

Além da implementação do Nupre, a Presidência pretende encaminhar ao Legislativo projeto para modificar o artigo 544 do Código de Processo Civil (CPC). O projeto deverá transformar o recurso do agravo de instrumento em um tipo de petição, o que vai baratear os custos da Justiça. O Tribunal gastou mais de R$ 76 milhões com agravos no período de março de 2006 a dezembro de 2007.

"Se o projeto for aprovado, não precisaremos mais montar um novo processo para cada agravo de instrumento. O agravo poderá ser juntado aos autos do processo já existente. Dessa forma, vamos economizar dinheiro, papel, árvores, tinta de impressora, tempo dos servidores." A diretora-geral ressalta, ainda, outra intenção da atual presidência: modificar um artigo do Regimento Interno para retirar a obrigação de se fazer a minuta de julgamento. "Gasta-se muito papel e tempo com a minuta, que não tem nenhuma necessidade jurídica. Hoje, os gabinetes podem acessar o resultado dos julgamentos on-line por meio do Sistema Justiça. Com o fim da certidão, vamos economizar papel, tinta de impressora e o tempo que é desperdiçado para se assinar cada certidão e fazer sua juntada ao processo."

Os projetos são muitos e, apesar da rápida passagem da presidência do ministro Gomes de Barros, o tempo parece ser apenas um detalhe para a primeira mulher na direção geral da Casa. "Não temos medo de ousar", finaliza. ▪

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.jus.br

Conheça os atuais secretários do STJ

Os retratos da nova administração

Antônio Nascimento, policial federal, ocupa o cargo maior da Secretaria de Segurança pela terceira vez consecutiva. Nascimento tem 24 anos de serviço público. É bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Penal e cursos na área de inteligência policial e assessoria de gestão estratégica.

Bárdia Tupy Fonseca é a nova secretária dos Órgãos Julgadores (SOJ). Após advogar por dois anos, ela ingressou no STJ, por meio de concurso público, em 1992. Coordenou a Segunda Turma por oito anos, foi chefe de gabinete da Vice-Presidência e assessora no Gabinete da ministra Eliana Calmon.

Francisco Paulo Soares Lopes é o novo secretário de Tecnologia da Informação, cargo que já ocupou no próprio STJ (2006) e no Conselho da Justiça Federal (2004/2006). Ele é servidor público há 23 anos, desses, 14 no STJ. Além dos postos de secretário, desenvolveu atividades de direção na área de informática e atendimento a gabinetes. Até abril deste ano, atuou como assessor do corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Francisco Paulo é formado em Administração de Empresas e possui especialização em Análise de Sistemas.

James Ferreira dos Santos dirige mais uma vez a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde. Ele é médico e engenheiro de alimentos. Na medicina, tem especializações nas áreas de cirurgia-geral, cirurgia do aparelho digestivo e oncologia cirúrgica. Antes de assumir o cargo de secretário no STJ, James Santos chefiou o Centro de Câncer do Hospital de Base.

José Menezes de Oliveira está à frente da Secretaria de Jurisprudência do STJ há 12 anos, cargo que assumiu em fevereiro de 1996. No Serviço Público, está há 32 anos, desses, 30 no Poder Judiciário. Ele trabalhou no Tribunal Federal de Recursos antes da criação do STJ. José Menezes é bacharel em Direito com pós-graduação em Administração Judiciária.

Josiane Cury Nasser Loureiro assume a direção dos trabalhos na Secretaria de Documentação pela sexta vez e na gestão em que a Biblioteca da Casa completa 60 anos. Formada em Biblioteconomia, ela atua na área de documentação há 21 anos. Ela é servidora pública do Poder Judiciário desde 1987. Josiane Loureiro exerceu cargos de chefia na área de documentação no antigo Tribunal Federal de Recursos, entre eles o de diretora da Biblioteca, antes de assumir, pela primeira vez, o posto mais alto da Secretaria de Documentação do STJ.

Márcia de Carvalho assume o cargo de secretária de Controle Interno (SCI), após vários anos de exercício de cargos de direção na área a qual ajudou a implantar no STJ. Servidora pública desde 1987, ela veio para o STJ quando da criação do Tribunal pela Constituição de 1988. Márcia de Carvalho foi substituta de quase todos os secretários que passaram pela SCI e diretora em todas as divisões da Secretaria. Formada em Ciências Contábeis, ela conclui neste semestre o curso de Direito, com especialização em Tributário.

Maria Aparecida do Espírito Santo foi reconduzida mais uma vez ao cargo de secretária da Judiciária. Bacharel em Direito, ela sempre atuou no STJ na área-fim e ocupou diversos cargos de direção, entre eles a Diretoria de Publicação de Acórdãos, a Diretoria de Autuação de Processos e a Subsecretaria de Autuação. Maria Aparecida do Espírito Santo trabalha no Poder Judiciário desde 1980.

Fotos: SCO/STJ

Bárdia Tupy

Francisco Paulo Soares

James Ferreira

José Menezes

Josiane Cury

Márcia de Carvalho

Maria Aparecida

Rai Veiga

Mary Ellen

Miriam Moura

Nascimento

Maria Raimunda Mendes da Veiga, a Rai Veiga, ocupa mais uma vez o posto mais alto da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Ela está à frente da SGP desde 2002. Licenciada em Pedagogia e pós-graduada em Administração de Recursos Humanos, Rai Veiga é servidora do STJ há 18 anos. No Tribunal, além do posto de secretária, ocupou cargos de subsecretária, supervisora, diretora e chefe de setores ligados a recursos humanos. Também coordenou a área de RH, por três anos, no Governo do Distrito Federal.

Mary Ellen Gleason Gomide Madruga é a secretária de Administração e Finanças, atribuição que conhece bem, pois ocupou o cargo na gestão do ministro Edson Vidigal. Apesar de ter formação em Direito e ser analista judiciária da área-fim (área judiciária), Mary Ellen Madruga sempre trabalhou na área administrativa. Ela é servidora do STJ desde 1991, mas ocupou também cargos de chefia e assessoramento no Conselho da Justiça Federal (CJF).

Miriam Tereza Chagas de Moura volta ao STJ como a nova secretária de Comunicação Social. Ela foi assessora na área durante a gestão do ministro Paulo Costa Leite. Jornalista há 30 anos, coordenou editorias em diversos jornais de alcance nacional, entre eles *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Também foi diretora de notícias da *Agência Brasil*, da Radiobrás (1990/91). Miriam Moura tem vasta experiência em assessoria no Poder Judiciário. Além do cargo no STJ, ela foi assessora-chefe da Comunicação Social no Tribunal Superior do Trabalho de 2002 a 2006. Também atuou nas Assessorias de Imprensa do Conselho da Justiça Federal e da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. ▪

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.jus.br

A mais nova Secretaria da Casa apresenta as suas propostas

Muito prazer, eu sou a SOJ

"Os gabinetes são o cérebro, mas a SOJ é o coração do Tribunal", a afirmação é de Bárdia Tupy, a secretária da unidade. Mas o que, afinal, é a SOJ? Não, não é o mais novo alimento à base de soja no mercado, porém promete fazer muito bem ao funcionamento do Tribunal como um organismo dinâmico na prestação jurisdicional. A Secretaria dos Órgãos Julgadores, SOJ, foi criada na gestão do ministro Raphael de Barros Monteiro Filho para dar mais agilidade ao gerenciamento das coordenadorias que, anteriormente, faziam parte da Secretaria Judiciária.

Há cerca de dois anos, a SOJ é responsável pela administração dos trabalhos das coordenadorias de Taquigrafia, de Execução Judicial, da Corte Especial, das Seções e das Turmas. "Somos um desmembramento da Secretaria Judiciária que tem como objetivo impulsionar a atividade processual, mas precisamos lutar contra uma tradição de 200 anos, pois, em todo esse tempo, ministros, advogados e servidores se acostumaram a ver o nome 'judiciária' ligado à área judicante", explica Bárdia.

Clique e fique por dentro

É exatamente para divulgar a importância da nova secretaria que foi criada uma página na intranet com a sua missão, organograma e atribuições. Clicando no Mais Links, o servidor encontra no espaço da SOJ todas as respectivas informações. Atualmente, a unidade conta com 563 servidores a serviço do processamento e julgamento dos recursos que chegam ao STJ. A SOJ também coordena a Seção de Apoio aos Advogados, além de ser responsável pelas comunicações oficiais, entre elas a do envio das decisões do Tribunal para publicação no Diário da Justiça.

A Seção de Recursos Extraordinários agora faz parte da SOJ, que englobou diversas atividades antes pertencentes à gigantesca estrutura da Secretaria Judiciária. "A Judiciária agora é responsável pela área de autuação, classificação e distribuição dos processos. Ainda continua bastante complexa, mas, com a criação da SOJ, o Tribunal ganha mais agilidade na organização das coordenadorias", ressalta Bárdia.

Plantando um novo conceito

E a secretária da SOJ sabe que existem muitos desafios pela frente durante a presidência do ministro Humberto Gomes de Barros. "O tempo é curto, mas pretendemos criar um ambiente de padronização dos procedimentos da unidade. A idéia maior é a da continuidade. Não queremos choques de gestão, mas pretendemos plantar uma semente que possa germinar e crescer. A questão primordial é dar prosseguimento ao trabalho já iniciado, implementando uma política de gestão judiciária", explica.

Para atingir esse objetivo, Bárdia Tupy vai investir no desenvolvimento dos servidores da área e na padronização dos procedimentos cartorários. A criação de comitês de uniformização e de uma ouvidoria interna estão entre os planos da nova secretária. "Transparência, racionalização e modernização das atividades são as nossas metas", avalia.

Bom trabalho e boa sorte, SOJ! ▪

Luciana Assunção - Lassunca@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Humberto Gomes de Barros • **Vice-presidente:** ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretária-geral da Presidência:** Rose Marie de Thuin • **Diretora-geral:** Shyrlei Maria de Lima • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

MAI 2008

Ano XIII • nº 38

TRIBUNAL

Uma história de amor aos livros que já dura 60 anos!

Biblioteca na melhor idade

A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva completa 60 anos de existência! O setor foi criado em 28 de junho de 1948, no extinto Tribunal Federal de Recursos, no Rio de Janeiro. Neste ano de 2008, o estudo e a concentração dão lugar à festa que, além de comemorar a longa existência do espaço, destaca a importância da preservação do meio ambiente.

O slogan das comemorações já está pronto – "Biblioteca 60 anos: semeando o conhecimento" – sugestão da jornalista e publicitária Luciana de Assunção, da Secretaria de Comunicação Social. Mas as ações que envolvem a festividade ainda estão sendo programadas. "Queremos surpreender nossos usuários para que eles participem ativamente", ressalta a secretária de Documentação, Josiane Nasser Loureiro.

A Biblioteca veio do Rio de Janeiro para Brasília em meados de 1970 e, em 1989, foi transferida para o STJ. O acervo do setor, que atende em torno de 500 usuários por dia, cresce sem parar. "A cada ano, recebemos, em média, seis mil novos livros, além de cerca de 2.500 periódicos. O espaço já está pequeno para tanto material", salienta a diretora do setor, Rosa Maria Carvalho.

Nesses 60 anos de existência, o acervo da Biblioteca aumentou cerca de 2.290%. Quando de sua instalação, a unidade contava com 2.887 obras – entre aquisições e doações feitas por diversos ministros que integraram a Corte. Atualmente, ultrapassa o montante de 71 mil obras – entre recentes e raridades da literatura jurídica mundial e documentos eletrônicos –, além de mais de 86 mil periódicos.

Memória

O nome Biblioteca Ministro Oscar Saraiva foi registrado no dia 22 de outubro de 1972. O então presidente do TFR, ministro Armando Rollemberg (*in memoriam*), decidiu homenagear o saudoso colega responsável pela construção do edifício-sede do Tribunal Federal de Recursos. No ano de 1984, em uma celebração ecumênica, servidores da Casa doaram uma Bíblia ao setor. Desde então, todas as quintas-feiras, o ministro José Dantas, presidente à época, e os demais membros do Tribunal se dirigiam à Biblioteca para rezar em agradecimento a Deus pela proteção divina nos seus altos e exaustivos julgamentos do plenário.

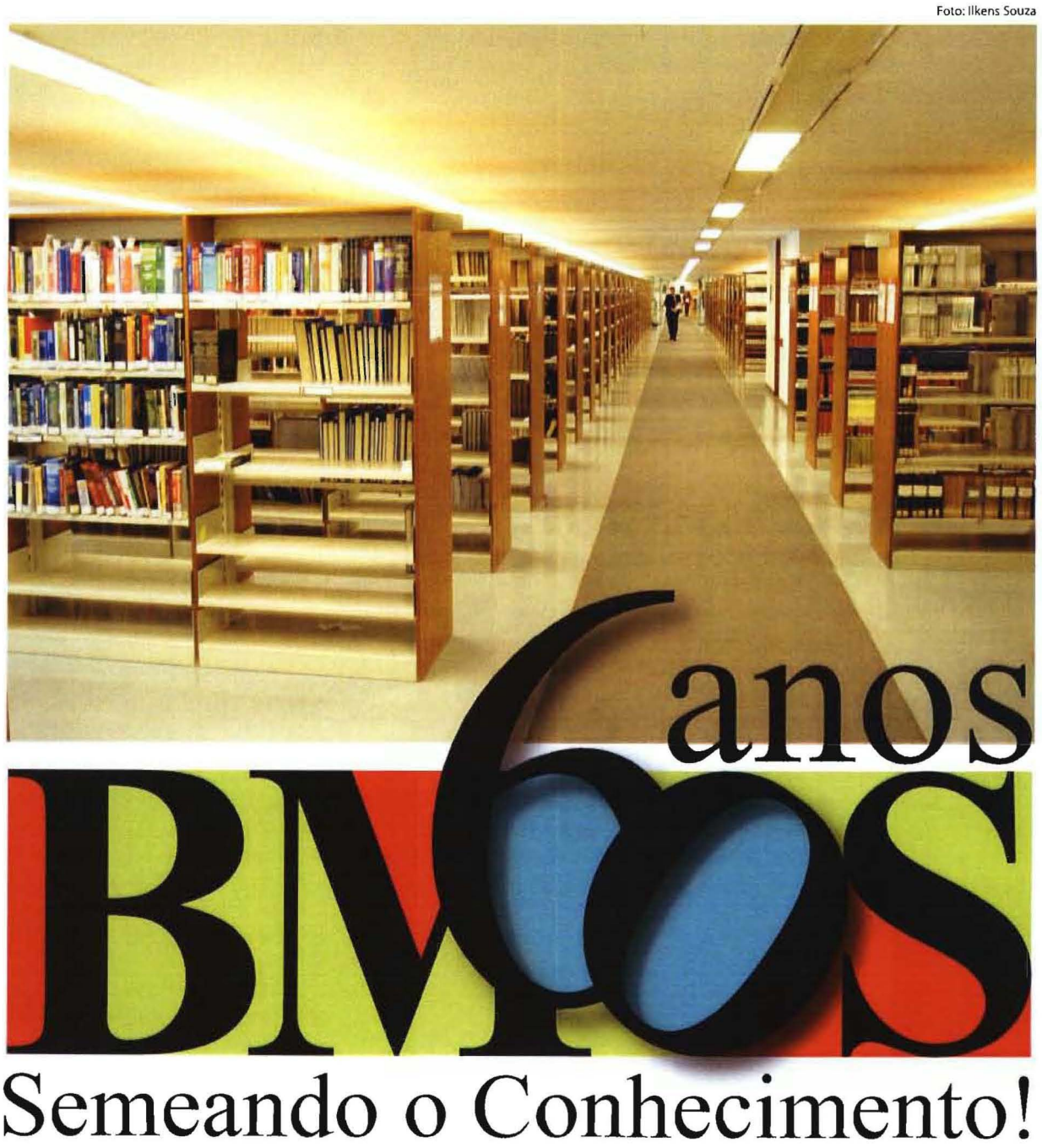
Ainda em 1984, a Biblioteca passou a ter um ministro como coordenador, uma forma de promover a participação dos membros do STJ no dia-a-dia da unidade e facilitar a implantação de projetos. O primeiro coordenador foi o ministro Carlos Madeira. O último presidente da Comissão de Documentação foi o ministro Carlos Alberto Menezes Direito, hoje no STF. "Foi do ministro Direito a idéia de se promover o concurso de redação – A importância da Biblioteca para a Divulgação do Conhecimento. O terceiro colocado no concurso, um funcionário terceirizado da Casa, sentiu-se incentivado e hoje é estudante do curso de Direito", destaca Rosa Maria. Atualmente, o presidente da Comissão é o ministro Francisco Falcão.

Era digital

O trabalho da Biblioteca não se atém à pesquisa física de livros. O setor oferece aos seus usuários 20 serviços diferenciados. A pesquisa de doutrina e legislação – iniciativa pioneira no país – merece destaque. A atividade conta com profissionais especializados que auxiliam servidores no trabalho da área-fim do Tribunal por meio de buscas em diferentes bases de dados e sistemas de informação e da seleção de documentos que atendam às solicitações. Além disso, servidores, advogados e estudantes de todo o Brasil contam com esse serviço para a elaboração de monografias e outros trabalhos, servindo também como importante fonte de embasamento processual. Após pesquisa detalhada dos temas indicados pelos usuários, é fornecida lista com obras do acervo e da Biblioteca Digital que podem auxiliar os estudos. O serviço pode ser solicitado pelo e-mail ***pesquisa.biblioteca@stj.jus.br.***

Vale destacar, também, o atendimento *on line* para a renovação e reserva de livros e o acesso ao catálogo geral da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), que promove o intercâmbio de obras em parceria com 15 órgãos públicos. Outro importante serviço é o da Disseminação Seletiva da Informação (DSI). Ele encaminha, diariamente, para o e-mail do servidor cadastrado as novidades da Biblioteca, entre livros, artigos de periódicos e legislação. Se o usuário tiver interesse em ler um artigo, é possível solicitar a cópia com apenas um clique.

Foto: Ilkens Souza



Outros campeões de acesso aos serviços da Biblioteca são o *Clipping de Legislação* e o *Informativo Jurídico*. O *Clipping* divulga os atos normativos do STJ e de outros órgãos públicos, e o *Informativo* publica artigos de autoria dos ministros do Tribunal e referências bibliográficas de temas jurídicos. "Oferecemos uma quantidade significativa de serviços à sociedade. No entanto, o número de servidores da área de biblioteconomia não acompanhou esse crescimento. Precisamos de mais profissionais para que a expansão das atividades continue e a qualidade dos serviços seja mantida", ressalta Rosa Maria.

Inclusão social

Além das atividades de atendimento aos usuários, a Biblioteca promove a inclusão social de alunos carentes do curso de Direito da Universidade de Brasília e terceirizados do Tribunal que estão cursando Direito, por meio do Projeto **Bib Inclusão.** A iniciativa possibilita aos estudantes o acesso a obras de Direito atualizadas constantemente. Segundo a secretária Josiane Nasser Loureiro, "o projeto integra as ações que fazem do STJ o Tribunal da Cidadania".

É importante ressaltar que o **Bib Inclusão** não prejudica as solicitações dos servidores do Tribunal. "As obras emprestadas aos alunos beneficiados pelo projeto fazem parte da coleção básica, não utilizada nos trabalhos da Casa que exigem obras em nível avançado de estudo, mais aprofundado", enfatiza a diretora da Biblioteca, Rosa Maria Carvalho.

Seja no atendimento aos servidores, alunos carentes ou à sociedade em geral, a Biblioteca do STJ lança suas sementes de incentivo à leitura, ao estudo e ao conhecimento. Que esses 60 anos de existência sejam só o início de uma longa trajetória de sucesso... Os livros agradecem! ▪

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.jus.br

SAÚDE

A Psicologia oferece atendimento com conforto aos servidores do Tribunal

No divã com sua saúde mental

"Não somos apenas o que pensamos ser. Somos mais: somos também o que lembramos e aquilo de que nos esquecemos; somos as palavras que trocamos, os enganos que cometemos, os impulsos a que cedemos, 'sem querer'."

(Sigmund Freud)

Foto: Sandra Fado

Os psicólogos Maria Elisa e Fábio: troca de experiências no divã

A cena faz parte do imaginário da sociedade contemporânea: uma sala confortável, aconchegante, o cliente deitado no divã, o terapeuta ouvindo tudo com ar compenetrado. A gente já assistiu a ela dezenas de vezes em séries e filmes de Hollywood, que sempre tiveram um certo fascínio em retratar analistas e analisados, ainda que de maneira estereotipada.

Hoje, "fazer análise" ou terapia já perdeu boa parte do estigma de "tratamento para malucos". O cinema, a literatura inspirada em temas psicológicos e de autoconhecimento têm contribuído para desmistificar a área. Quando Nietzsche chorou, livro do psicoterapeuta Irvin Yalom, que narra o encontro fictício entre Nietzsche e Freud, mesclando psicanálise e filosofia virou best seller e até peça de teatro, num bom exemplo de que a busca pelo conhecimento de si mesmo vem ganhando espaço na vida das pessoas.

No STJ, a Seção de Assistência Psicossocial (Seaps) anda a passos acelerados para acompanhar a demanda, que cresce a cada dia. Só no mês passado foram cerca de 371 atendimentos entre consultas, autorizações e avaliações. A equipe, composta por oito profissionais, sendo cinco deles psicólogos clínicos, ou seja, terapeutas, trabalha em sintonia para priorizar o atendimento aos servidores. "A política da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) é focar esforços no bem-estar do servidor, por isso deixamos de atender aqui no Tribunal os dependentes do Pró-Ser", afirma Fábio Pereira Angelim, chefe da Seção.

Os planos da Seaps para 2008 também incluem um encontro que vai acontecer nos próximos dias 3 e 4 de junho, no próprio STJ, com os psicólogos da rede credenciada. "Queremos expor o que esperamos desses profissionais em termos de procedimento técnico, padronizar as práticas, avaliando condutas e levantando os perfis desses terapeutas. A idéia é melhorar o acesso dos servidores a esses profissionais", explica Fábio, garantindo que agora os critérios para pertencer à rede tornaram-se mais rigorosos.

Para isso, a Seção está recadastrando os psicólogos e também enumerando os tipos de procedimentos terapêuticos de acordo com o Conselho de Psicologia, tais como terapia de casal, consulta individual, visita à escola para acompanhamento etc, além de ter conseguido reajustar o valor pago por consulta pelo Pró-Ser para R$ 43,00.

Para quem faz sessão de psicoterapia no Tribunal, as notícias também são boas. As quatro salas de atendimento (três individuais e uma para grupos), que já eram agradáveis, sendo uma delas mobiliada com um divã ao melhor estilo psicanalítico de Freud, vão receber isolamento acústico mais eficiente. A reforma vai durar cerca de dois meses, mas os atendimentos não serão suspensos.

Prevenir é o melhor remédio

A atitude preventiva é a senha para alcançar a qualidade de vida no trabalho e em casa. Sabendo disso, a Seaps, em conjunto com os outros setores da SIS, investe em atividades que exercitam a mudança comportamental das pessoas, buscando reavaliar hábitos e posturas sociais. "Para este ano, estamos montando seis Oficinas de Gerenciamento do Estresse e também um Programa de Atenção a Doenças Crônicas como o diabetes e a hipertensão. Sem falar no Programa Alvorecer, que trabalha a dependência química. Nossa interface com a Secretaria de Gestão de Pessoas é grande, assim como com os profissionais do setor de Fisioterapia e com o psiquiatra do Tribunal", ressalta Fábio.

A união das diversas equipes da área de saúde é fundamental na busca de um diagnóstico precoce para os problemas de ordem psicossocial. "A pessoa deve ser vista como um todo e se sentir acolhida para que os distúrbios sejam tratados antes que se tornem incapacitantes", esclarece Maria Elisa Grosner, terapeuta da Seaps. De janeiro a dezembro de 2007, foram contabilizados no STJ 3.929 dias de afastamento do trabalho por meio de atestados médicos. De acordo com levantamento feito pela Seaps, o maior número de casos está relacionado com os chamados transtornos de ansiedade, entre eles, a síndrome do pânico.

Os denominados transtornos de humor, como a depressão e a bipolaridade, estão em segundo lugar em número de atestados, sendo que a depressão é responsável pelos maiores períodos de afastamento do servidor do ambiente de trabalho. "Ao primeiro sinal de apatia, irritabilidade, desânimo em relação a atividades que sempre foram prazerosas, o servidor deve procurar a Seção de Assistência Psicossocial para orientação. Coisas simples como técnicas de relaxamento e respiração podem amenizar sintomas do estresse perigoso, aquele em que a pessoa não encontra tempo para se recompor e acaba entrando em depressão", adverte Fábio.

Quer saber mais sobre a Seaps? Acesse a página da Psicologia na Intranet (Link Serviços de Saúde) ou ligue para os ramais 9974, 9463, 9468 ou 9472. ▪

Luciana Assunção – lassunca@stj.jus.br

TRIBUNAL

Obra deve ser iniciada no segundo semestre. O restaurante vai atender cerca 1,6 mil pessoas por dia

Novo restaurante sai do papel

Imagine-se indo almoçar no restaurante do Tribunal sem enfrentar os engarrafamentos dos elevadores do edifício da Administração. Essa cena já é uma realidade bem próxima. A pedra fundamental do novo prédio para o restaurante, o futuro bloco G, foi lançada no início de abril.

O projeto do restaurante, doado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, começou a ser elaborado em 2006 e, agora, após ser aprovada a edificação pelo Governo do Distrito Federal, vai sair do papel. Segundo o arquiteto e assessor da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura Joaquim Gaião Torreão Braz, a construção do novo restaurante deve ter início no segundo semestre e vai levar aproximadamente quatro meses para ficar pronta. O processo de licitação já foi iniciado.

Com mil m² de área construída, o prédio ficará localizado ao lado do edifício da Administração. De acordo com o arquiteto Torreão Braz, a construção vai trazer muitos benefícios para os servidores. "Ela vai desafogar os elevadores do prédio da Administração e reduzir a dispersão dos odores na hora da preparação das refeições, além de aumentar a capacidade de atendimento do restaurante."

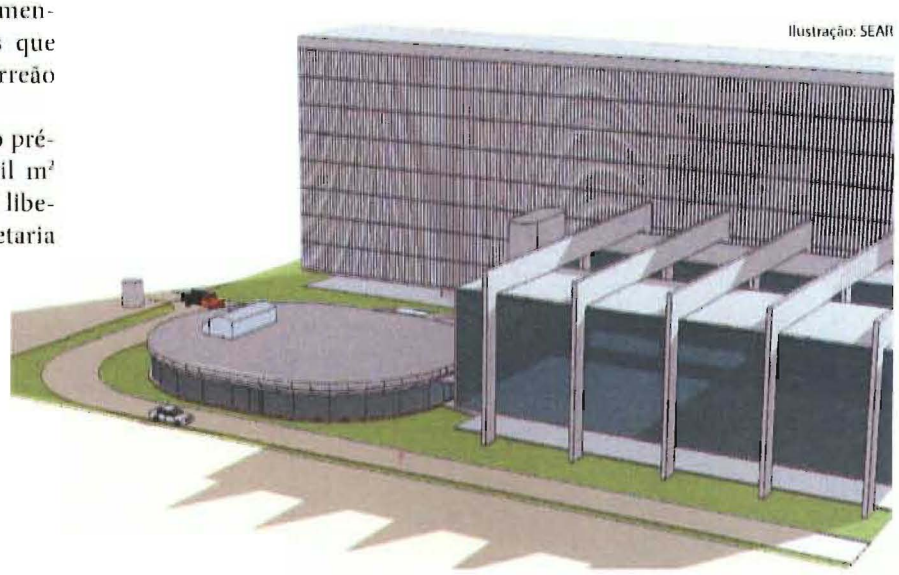
Atualmente, são servidas 1,2 mil refeições por dia. Já nas novas instalações serão servidas 1,6 mil nos sistemas de self-service, à la carte, além da lanchonete. Para facilitar na hora do almoço e do lanche dos funcionários e visitantes, será construído um espaço integrado entre a lanchonete e o restaurante self-service. Somente o serviço à la carte terá uma entrada independente.

Os móveis e utensílios utilizados no atual restaurante serão reaproveitados. Além da infra-estrutura de apoio, como as câmeras frias, depósito, vestiários, despensa e escritório, que vão continuar instaladas no subsolo do prédio da Administração. "Será aproveitada a maior parte dos materiais, somente serão substituídos aqueles que estão obsoletos", explica Torreão Braz.

Com a construção do novo prédio, a área com quase 1,5 mil m² ocupada pelo restaurante será liberada para a instalação da Secretaria Judiciária, que hoje está no edifício Ministros II. Para a realização da obra, orçada inicialmente em R$ 1,8 milhão, foi feito um convênio com a Caixa Econômica Federal. A instituição vai custear a fundo perdido, ou seja, o STJ não terá que ressarcir o investimento. ▪

Tatiara Lima - tatiara@stj.jus.br

Ilustração: SEAR



Concepção artística do novo restaurante

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Humberto Gomes de Barros • **Vice-presidente:** ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretária-geral da Presidência:** Rose Marie de Thuin • **Diretora-geral:** Shyrlei Maria de Lima • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

JUN 2008

Ano XIII • nº 39

INFORMÁTICA

Até o fim do ano, equipe da STI pretende construir mais de dez sistemas para o Tribunal

Canteiro de obras virtual

A evolução da humanidade caminha junto com a evolução tecnológica. Cada vez mais, o ser humano depende de sistemas que facilitem tarefas, das mais complexas até às de rotina. Atenta a isso, a Coordenadoria de Desenvolvimento (CDES), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), trabalha a todo vapor na produção de sistemas. "A partir dos pedidos das unidades, automatizamos processos hoje realizados manualmente, para agilizar e facilitar os trabalhos", destaca Rodrigo Carvalho, coordenador da CDES.

O número de pedidos de novos sistemas está equilibrado entre as áreas fim e meio do Tribunal. O STJ conta com mais de 280 seções dentro das 11 secretarias. "Se cada Seção solicitar um novo sistema, cada um dos servidores da CDES terá de produzir, em média, cinco ferramentas por mês. Isso é inviável", destaca o coordenador.

Para definir as prioridades com relação à informática, ninguém melhor que os próprios usuários. Com esse objetivo, foram criadas comissões para controlar a execução do desenvolvimento em diversas áreas, como nas Secretarias de Gestão de Pessoas, Judiciária, Órgãos Julgadores, Jurisprudência e nos Gabinetes. As comissões são formadas por servidores que, reunidos, definem a ordem de importância das demandas por novos sistemas. "Os grupos também nos auxiliam na discussão das metas de cada ferramenta para que possamos oferecer ao usuário a facilidade que ele procura."

Atualmente, a equipe produz, em parceria com a Fábrica de Softwares, 23 sistemas – a maioria com previsão de entrega ainda neste ano. Para os que reclamam, às vezes, de demora na produção das ferramentas, Carvalho ressalta: "É importante que a área entre em contato com a CDES assim que surgir a necessidade. A maioria só nos comunica após as reuniões de planejamento e algumas áreas já chegam até com datas para o lançamento do serviço". Segundo o coordenador, isso pode comprometer a qualidade do trabalho. "Quando a área envolve a STI em seu objetivo desde o começo, tudo fica mais fácil, inclusive o cumprimento de prazos."

Fotos: Snadra Fado

Produção em série

Você pode acompanhar o desenvolvimento de sistemas do seu interesse. Basta acessar, na intranet, o *link* Informática e escolher a opção CAP. Em seguida, clique em Portfólio da STI. O resumo é feito pelo Centro de Apoio a Projetos (CAP), uma espécie de escritório que dá suporte às demais unidades da STI nos projetos desenvolvidos. Confira alguns sistemas já entregues e outros próximos da finalização:

- DJ Eletrônico, em parceria com a Presidência e Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ) – fevereiro/2008.
- Projeto de Modernização do Judiciário, em parceria com a Presidência e a SOJ – março/2008.
- Gestão de Serviços de Transporte, em parceria com a Secretaria de Administração – junho/2008.
- Adicional de Qualificação, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas – junho/2008.
- Intimação Eletrônica, em parceria com a Presidência e a SOJ – previsão: julho/2008.
- Catálogo de Questões Jurídicas, em parceria com o Gabinete da Revista – previsão: julho/2008.

Os servidores da CDES são os reponsáveis pelos sistemas do STJ

Passo a passo

Engana-se quem acha que é fácil produzir um sistema. Quatro etapas são percorridas, rigorosamente, até a conclusão do projeto. Uma simples idéia pode exigir o esforço da equipe por meses! "O sistema passa pelas etapas de concepção, elaboração, construção e transição", enumera Rodrigo Carvalho. Durante a concepção e a elaboração, a equipe realiza reuniões com a unidade solicitante para definir o que ela deseja e como será a organização da CDES para atingir a meta. Nessas fases, a CDES se coloca no lugar do usuário para conhecer o trabalho a ser automatizado e começa a produção da imagem do sistema.

"O comprometimento da área requisitante do *software* é essencial para que o produto fique como se espera. Todos devem participar das reuniões, dos testes, para que o trabalho atinja o objetivo", salienta o coordenador. Vencidas as primeiras fases, parte-se para a construção do sistema. Nessa etapa é desenvolvido o *software* propriamente dito. Cada passo é testado. Na fase final – Transição –, os usuários fazem o "teste beta" e experimentam a ferramenta. Cumpridas todas as etapas, o sistema entra na quinta fase, que não faz parte da produção – a Manutenção. "Ela é *ad eternum*, ou seja, é feita sempre que solicitada pela unidade que utiliza a ferramenta", explica Carvalho. ▪

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.jus.br

O inverno convida à reunião de amigos em torno de um bom vinho

Uma estação sabor tinto

Foto: SXC

Cabernet Sauvignon, Merlot, Chardonnay, Malbec, Pinot Noir, Tempranillo, Syrah, Prosecco, Periquita.

Segundo especialistas, existem cerca de 24 mil nomes para as mais de três mil variedades de uvas que produzem a mais elegante e romântica bebida inventada pelo homem (ou foi por Baco?): o vinho.

Profano ou divino, o vinho está ganhando cada vez mais espaço na preferência dos brasileiros. Conhecer as especificidades, saber diferenciar os aromas e as texturas dessa charmosa bebida virou moda para alguns e estilo de vida para tantos outros. E, com a proximidade dos meses mais frios do ano, encontramos uma desculpa deliciosa para desfrutar da iguaria.

No STJ não poderia ser diferente: existem muitos apreciadores e conhecedores dos segredos do vinho. Eles formam o grupo de enófilos do Tribunal, que hoje já conta com 113 participantes, que trocam dicas, sugestões e novidades sobre o *hobby* por meio de mensagens do Lotus Notes. "O Enófilos surgiu dos grupos gerenciais promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Entre um assunto de trabalho e outro, descobrimos mais um ponto em comum: o apreço pelo vinho. Criamos, então, um fórum de discussão para conversar sobre o tema", relembra Antônio Matoso Filho, servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), enófilo de carteirinha e administrador das conversas via e-mail.

Também freqüentam o grupo com assiduidade os servidores Rai Veiga (SGP), Montgomery Muniz (Segunda Turma), Luís Otávio Gouveia (STI), Samuel Macedo (STI), Mara Regina Stolet (gab. ministro Massami Uyeda), Fátima Cristina Planalto (Pró-Ser), José Guerreiro Sobrinho (Programas da Vertente Estratégica) e Marco Aurélio de Carlos (Reprografia e Encadernação). Na verdade, o número de participantes se tornou tão grande que até não-servidores já fazem parte dos encontros, que não são apenas virtuais. "A Associação Brasileira de Sommelier (ABS) – filial Brasília – tem uma sala de degustação com temperatura, iluminação e taças apropriadas. Uma turma de no máximo dez pessoas paga o aluguel do espaço e se reúne para avaliar vinhos", conta Matoso.

Mas o que é ser enófilo? É aquela pessoa adepta do vinho, um amador, no sentido literal, mas também naquele figurado (o que ama), que aprecia descobrir novos tesouros, isto é, novos rótulos; aprender sobre a bebida e compartilhar esse aprendizado com os amigos. "Enólogo é o profissional que faz o vinho, não necessariamente o produtor, mas o que transforma a uva fermentada no néctar dos deuses. E o degustador profissional é o sommelier", explica Matoso, que iniciou sua história de amor com o vinho em 1982.

De lá para cá, são mais de 20 anos de cursos, degustações, troca de experiências, viagens aos roteiros vinícolas da Serra Gaúcha, Chile e Argentina e um considerável conhecimento sobre vinhos. "O vinho engana: às vezes é caro e não lhe dá muita coisa. Às vezes é barato e é sensacional", adverte.

"Quero que você me aqueça nesse inverno..."

As noites estão cada vez mais frias, momento ideal para saborear um bom vinho. Mas como escolher? O gosto tem de estar em primeiro lugar, aconselha Matoso. Em seguida, pense no bolso e na situação em que vai degustar o vinho. "Não é beber por beber. Vinho é um suporte para enriquecer a refeição. Tem gente que bebe rótulos e cria mitos em torno do vinho. Besteira. Todos podem beber. Escolha o que cabe no gosto e no bolso e seja natural."

Para abrir os trabalhos, Matoso indica os espumantes brasileiros (Brut). As vinícolas nacionais estão crescendo em qualidade e variedade. Casas como a *Angheben*, que fabrica um vinho mais encorpado, ao estilo italiano; a *Lídio Carraro*, a *Vallontano*, a *Don Cândido*, *Miolo*, *Dal-Pizzol* e *Salton* possuem cartas de vinhos para todos os bolsos e gostos. "Os argentinos da Álamos, chilenos e portugueses da marca Esporão também são uma boa pedida para quem deseja se familiarizar com o mundo dos vinhos, pois são mais palatáveis, descem redondo", avalia Matoso. Outra dica é ficar de olho na safra da uva. Afinal, a qualidade do vinho reside na qualidade de sua matéria-prima. "A safra brasileira de 2008 está sendo considerada a melhor da história, então é hora de aproveitar para comprar."

E se o vinho é o acompanhamento ideal para muitas receitas, fundamental é fazer a combinação mais adequada. "Vinagre e alimentos amargos não combinam com vinho. Frutos do mar vão bem com vinho branco por causa do zinco presente nos mariscos. O bacalhau, com sua natureza salgada, não cai bem com vinho tinto encorpado. O tanino deste tipo de vinho dá aquele gosto de guarda-chuva na boca. Já um bolinho de bacalhau fica maravilhoso acompanhado pelo excelente *Esporão Private Selection* branco", opina Matoso. ▪

Onde o vinho também é personagem

Para entrar no clima da estação dos vinhos, que tal assistir a um filme em que a bebida preferida de Baco enlaça histórias de amizade, dedicação, amor, competição? Eis alguns títulos imperdíveis:

Sideways – um já clássico *road-movie* de 2004 que provoca até em quem não gosta de vinho aquela vontade de experimentar.

Um bom ano - (*A Good Year*) – comédia romântica de 2006 com o talentoso Russell Crowe, desajeitado no papel de yuppie. Vale pelas belas imagens das vinícolas artesanais francesas.

Caminhando nas nuvens - (*A Walk in the Clouds*) – com o galã Keannu Reves, esse filme de 1995 também é derretido, mas a fotografia compensa. Nesta história, as vinícolas são as californianas.

A Festa de Babete – Oscar de Melhor Filme Estrangeiro de 1987. A história não é sobre vinhos, mas narra com perfeição o prazer de preparar e desfrutar um banquete. Dá ou não dá vontade de abrir uma garrafa?

Mondovino – documentário de 2004 que trata da industrialização, da política e da guerra entre a diversidade e a padronização na produção de vinhos.

Reserva Especial – documentário do jornalista brasileiro Renato Machado, que percorreu as tradicionais regiões produtoras de vinho na França.

Menu Confiança – programa semanal do canal GNT com Renato Machado e Claude Troisgros (*chef* francês).

Quer ir além nesta viagem pelos prazeres do vinho? Veja as dicas de leitura do enófilo Matoso:

- Os três livros de Saul Galvão;
- As obras de Euclides Penedo;
- O livro do inglês Hugh Johnson;
- A Bíblia do vinho;
- Guia de Vinhos Larousse (prático, com rótulos que podem ser comprados no supermercado);
- As revistas *Vinho Magazine*, *Adega*, *Wine* e *Revista do Vinho* (encontradas nas melhores bancas de jornal).

Sites

www.academiadovinho.com.br

www.abs-brasilia.com.br

Rádio

Momento do Brinde, com Renato Machado na CBN.

A quem deseja participar do grupo de enófilos do STJ é só enviar um e-mail para enofilos.stj@grupo.com.br

Tim-Tim!

PROTOCOLO

Novo serviço

Os advogados passam a contar com mais um facilitador para o seu trabalho no STJ. O presidente do Tribunal, ministro Humberto Gomes de Barros, inaugurou o Protocolo Judicial do STJ. O novo serviço funciona no estacionamento externo, em frente ao prédio da Administração.

O Tribunal já contava com um protocolo externo para o recebimento de petições referentes a processos em andamento no Tribunal. A novidade é que o novo serviço vai permitir a devolução de processos sem que o advogado precise se deslocar às coordenadorias das Turmas, Seções e Corte Especial.

Entretanto a devolução só vai funcionar para os advogados particulares. O procedimento para os entes públicos vai ser mantido. Além disso, os processos criminais e os que correm em segredo de justiça vão continuar sendo devolvidos nas coordenadorias.

Quanto à possibilidade de pegar o processo no protocolo, está sendo feito um estudo, a pedido do ministro Gomes de Barros, para viabilizar o serviço de solicitação antecipada de empréstimo de autos. Mas, neste primeiro momento, ele não é possível.

Estão à frente desse projeto, além da Presidência do STJ, a Secretaria do Tribunal, a Secretaria dos Órgãos Julgadores e a Secretaria Judiciária. O serviço vai funcionar das 8h às 18h. ▪

Foto: Ilkens Souza

Advogados ganham mais um serviço

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Humberto Gomes de Barros • **Vice-presidente:** ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretária-geral da Presidência:** Rose Marie de Thuin • **Diretora-geral:** Shyrlei Maria de Lima • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

JULHO 2008

Ano XIII • nº 39

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Demanda por serviços gráficos aumenta. É preciso antecedência ao solicitar trabalhos

Eles fazem arte

Os servidores do STJ compartilham do trabalho desta equipe diariamente, quando consultam o calendário do Tribunal, marcam algum compromisso na agenda ou buscam informações em cartazes espalhados pelos murais. A Coordenadoria de Programação Visual (CPRV), vinculada à Secretaria de Comunicação Social, tem o papel de transformar em projetos gráficos as idéias dos mais variados setores.

A demanda pelo serviço da coordenadoria aumenta a cada ano. Em 2006, foram 206 pedidos de trabalhos à CPRV. No ano passado, o total aumentou 81% - foram 374 solicitações. A principal cliente é a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), que, em 2007, demandou 103 criações. Em 2006, a área foi responsável por quase metade dos pedidos.

Um entrave para manter a produtividade em alta é o desconhecimento dos setores solicitantes sobre o trabalho da CPRV. É comum a equipe se deparar com o planejamento de um evento que esquece de incluir no cronograma o prazo para confecção do material gráfico. O resultado é um grande corre-corre para aprontar as peças em tempo. O coordenador da área, Carlos Figueiredo, adverte que o ideal é o envio do pedido com um mínimo de 15 dias de antecedência – não do evento em si, mas de quando o material deve estar disponível. "É preciso considerar aí, por exemplo, o prazo para inscrições", explica.

Como pedir

As solicitações de trabalhos gráficos devem ser encaminhadas via e-mail (cprv@stj.jus.br) e devem conter as informações mínimas sobre o pedido. Se for um evento, descrever o nome, a data, a hora, o local e o período de inscrições. Se houver patrocínio ou apoio, devem ser enviadas as logomarcas das instituições ou empresas relacionadas.

O passo seguinte é uma reunião com a equipe da CPRV para um *briefing*, isto é, uma conversa em que o *designer* responsável vai capturar as idéias do solicitante sobre o que espera do trabalho. Carlos adverte que esse é um passo fundamental para evitar o retrabalho. Por vezes, o setor dispensa a conversa pessoal sobre o pedido, deixando a critério da equipe a criação, o que pode ser muito subjetivo. "Nesses casos, a gente trabalha uma idéia que imagina que vai atender, mas depois vê que não era o que o cliente esperava e temos de começar do zero de novo", lamenta o coordenador.

Assim que o trabalho está pronto, seguem-se revisões da área solicitante, até que o produto esteja adequado. Caso se trate de um material gráfico, desde o início do processo, é preciso pensar, também, como será a impressão. Leva-se em conta a quantidade e a qualidade desejadas – se haverá cor ou não. Uma impressão colorida pode ser até 21 vezes mais cara do que uma em preto e branco. Por isso, a área solicitante deve ponderar sobre a necessidade de colocar apenas detalhes em cores.

Na Seção de Reprografia e Encadernação do STJ, usa-se a impressão digital, no formato máximo A3. Nesse tipo de processo, quanto maior a tiragem, mais caro. Já na gráfica do Conselho da Justiça Federal (CJF), que também realiza impressões para o STJ, usa-se o processo off-set, com confecção de fotolito. Neste caso, quanto menor a tiragem, mais alto o custo. A CPRV recomenda este tipo de impressão apenas para tiragens com mais de 500 unidades.

Reconhecimento

A qualidade do trabalho da coordenadoria já foi reconhecida em premiações regionais e nacionais. No ano passado, o calendário e a agenda do STJ receberam um prêmio do Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal e da Associação Brasileira da Indústria Gráfica. As peças foram as únicas concorrentes feitas por equipe própria. As demais eram criações de agências publicitárias.

Em 2006, duas campanhas foram premiadas no 4º Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça: a campanha "Justiça com os livros: Preserve-os", parceria da CPRV com a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, e a campanha "Contrate um estagiário especial", que visava à ampliação de contratação de portadores de necessidades especiais.

Se, por um lado, a área comemora a visibilidade e o reconhecimento pelo que produz, por outro, suporta a grande demanda dos diversos setores solicitantes. A coordenadoria é formada por cinco servidores, todos com longa experiência em projeto gráfico. No entanto, está com déficit de pelo menos três pessoas. "Já que não há cargo específico para a área, temos de buscar no quadro do Tribunal aqueles servidores que têm qualificação para atuar como designers, o que não é fácil", comenta o coordenador Carlos Figueiredo. A equipe foi reforçada, recentemente, por dois estagiários que cursam faculdade de Desenho Industrial (uma das três habilitações possíveis é a de designer gráfico). ▪

Sheila Messerschmidt – sheila.messer@stj.jus.br

GLOSSÁRIO

Quando o assunto é arte gráfica, nem sempre é fácil entender o que se diz...

Banner: mídia impressa de grande formato. Pode ser eletrônico, utilizado em sites, onde aparece como um selo ou um cabeçalho.

BITMAP: imagem por pixels (pontos). É o padrão de foto digital, imagem escaneada e arquivo manipulável em programas de edição. Ex: JPEGs, TIFs, PSDs, PNGs etc.

Briefing: conjunto de informações fornecidas pelo cliente para execução do trabalho.

CMYK: sistema que usa cores primárias (ciano, magenta, amarelo e preto) para a criação dos tons de cores visíveis ao olho humano. Utilizado para impressão.

Couché: papel com uma camada de gesso polido, por isso a impressão tem uma definição melhor. É utilizado neste jornal.

Filipeta: pequenos folhetos publicitários. Serve para anunciar e promover eventos, serviços ou instruções. Em geral, são impressas em ambos os lados. Usa papel mais leve que os panfletos.

Fonte: são serifadas e não-serifadas. A serifa é um pequeno ornamento na extremidade da haste da letra, dando a ilusão de linha de base do texto (Ex: Times). A letra bastão é formada de hastes com terminações retas, usadas em textos de tela (Ex: Arial).

Gramatura: peso de referência, em gramas, de uma folha de papel com um metro quadrado.

Impressão digital: no STJ, a impressão digital é feita a partir de impressoras a laser, que usam toner (tinta em pó). A impressão digital a jato de tinta deu origem ao off-set digital, usado para grandes tiragens e dispensa o uso de fotolito.

Off-set: sistema de impressão indireta, em que a imagem é transferida para o papel por um cilindro de borracha, como um carimbo. Permite a impressão em metais, plásticos, papelões e até tecido.

Mais de 29 mil atendimentos foram realizados pela equipe no primeiro semestre

Usuário em primeiro lugar!

Imagem: Romane Aragão - CPRV/STJ

Seu computador trava a toda hora? A impressora não funciona? Seus problemas acabaram!! A Coordenadoria de Relacionamento (Core), da Secretaria de Informática (STI), resolve esses e outros problemas da Era da Informática, para facilitar seu trabalho. É da Core a missão de atender, de forma ágil e prestativa, seja por telefone seja em atendimento presencial, todos os chamados registrados pelos usuários dos sistemas internos e externos do STJ.

No primeiro semestre de 2008, a equipe solucionou mais de 29 mil chamados. "Somos o cartão de visitas da STI. Nós estamos no dia-a-dia de todos que solicitam consertos de equipamentos e resoluções de falhas em sistemas", destaca a coordenadora da Core, Íssis Lopes. Para Edimar Chagas, da Seção de Atendimento Presencial, "o usuário do STJ é exigente, pois a sociedade exige rápida resposta dos processos que chegam ao Tribunal, e o atendimento de informática também tem de ser assim".

A Coordenadoria tem, em sua composição, cinco seções, em que trabalham 79 pessoas, entre servidores, prestadores de serviços e estagiários. Eles atuam diretamente no atendimento e na administração da STI. A equipe ainda não é a ideal, falta gente para tanto chamado! Os 29.346 pedidos de atendimento do primeiro semestre representam quase cinco mil por mês, 222 por dia! E esses registros atestam apenas os pedidos dos usuários internos.

Os chamados são registrados por telefone ou *on line* pelo sistema em que o próprio usuário descreve o problema e recebe um número para controle do andamento de sua solicitação. O SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente, a seção mais conhecida da STI, recebe todos os chamados e tenta resolver, já por telefone, o que é possível. Além dos usuários internos, o SAC atende também os externos, cadastrados no Sistema Push para o acompanhamento de processos no STJ.

Usuários

"Atualmente, 293 mil usuários estão cadastrados no Push, entre advogados, estudantes e outros. Nos primeiros seis meses deste ano, os usuários do Push registraram 1.918 chamados.

Além do SAC, a Core tem quatro seções divididas em áreas de atendimento: ministros e gabinetes; área-fim e área-meio. A quarta seção é a de Gerência de Hardware. Ela controla o estoque de computadores e os contratos e garantias das máquinas. A área também coordena um laboratório de recuperação de equipamentos – iniciativa que promove economia de recursos.

No momento, as equipes da Core trabalham na migração do parque computacional do STJ com a substituição das máquinas. Neste mês, o grupo encerra a migração nos gabinetes e na área-fim. Depois, segue para a troca de parte dos computadores da área-meio. "Estamos trabalhando em período integral para concluir a migração logo", explica João Mondadori, da equipe que atende gabinetes e ministros.

Grande desafio

O principal desafio da equipe é aumentar o índice de satisfação dos usuários. "Hoje temos um índice de satisfação em 80%. Queremos alcançar a meta de 87% e apenas com notas máximas – 4 e 5", define Christian Thomsen, da equipe da Core. Para atingir a meta, é a equipe do atendimento que agora espera pelos usuários. "Se cada usuário responder à pesquisa de satisfação quando ela surgir na tela do seu computador, teremos parâmetros para tentar melhorar o que já estiver bom e também corrigir falhas", completa.

Neste ano, a unidade busca, ainda, nova certificação ISO 9001/2000. "Seguindo a política de qualidade do Tribunal, queremos diminuir em 5% o tempo para a solução de um chamado. Hoje, uma demanda é atendida em até 26 horas úteis, ou seja, dois dias de funcionamento do Tribunal", ressalta Íssis Lopes. E, dessa forma, a equipe da Core define seu grande objetivo: "Queremos nos sentir transparentes para o usuário. Ir às áreas sem que haja chamados, somente para verificar que tudo caminha bem, e o usuário sentir que estamos sempre por perto e não precisa se preocupar." ▪

Elaine Rocha - elaine.rocha@stj.jus.br

Novos equipamentos aumentam segurança de servidores do Tribunal

SOS: Atendimento de emergência

Os quarenta e um brigadistas que atuam no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ganharam um novo instrumento para manter o bem-estar dos servidores. Serão instalados em quatros pontos estratégicos do Tribunal armários com equipamentos para atendimentos de emergência. O coordenador de segurança do STJ, Jair Pereira da Silva, diz que cada armário conterá uma prancha rígida (maca), caixa de primeiros socorros, imobilizadores e um desfibrilador (aparelho usado em caso de paradas cardíacas). "Pensamos nesses locais como pontos de apoio para os brigadistas, evitando que eles tenham de deslocar equipamentos por catracas, escadas etc.", comentou.

Os armários serão instalados no terceiro andar do prédio da Administração, próximo ao restaurante, no primeiro andar do Ministros I e no quinto andar dos Ministros I e II.

Foto: SXC

Segundo Jair Pereira, esses locais foram escolhidos por causa do fluxo de pessoas e pela facilidade de deslocar o equipamento. Joel Arruda de Souza, chefe da Seção de Serviços da Central de Segurança, explica que o material foi necessário devido à grande área do tribunal e ao número de pessoas que aqui circula.

Num dia de pico, como terças e quintas-feiras, mais de seis mil pessoas circulam no STJ.

Situações graves

O brigadista Pedro Hamilton acha que seu trabalho será bastante facilitado com os novos equipamentos. "Nós já carregamos o básico, como gaze e esparadrapo. Mas agora poderemos atender rapidamente situações mais graves", comentou. O brigadista acrescentou que, além de atendimentos de emergência, ele e seus colegas exercem outras funções, como fazer a verificação dos extintores distribuídos pelo Tribunal.

Jair Pereira informa também que um novo grupo de brigadistas voluntários será treinado. "O brigadista voluntário tem um papel essencial em situações de emergência. Ele organiza as pessoas de sua unidade e ajuda a fazer uma evacuação sem pânico ou atropelos", destaca. ▪

Fabrício Azevedo – Fabrício.Azevedo@stj.jus.br

SOB NOVA DIREÇÃO

Com a aposentadoria do ministro Humberto Gomes de Barros, ocorrida no dia 22 de julho, assumiu o comando do STJ o vice-presidente Cesar Asfor Rocha. A substituição está prevista no artigo 18 do Regimento Interno.

Ainda segundo o regulamento interno do STJ, o presidente eleito tomará posse para um mandato de dois anos.

O presidente em exercício já promoveu várias alterações nos cargos de comando da Casa. Na Secretaria do Tribunal assumiu Athayde Fontoura Filho e, na Secretaria-Geral da Presidência, Paulo Sérgio Rodrigues. Algumas secretarias também já possuem novas chefias. Consulte a intranet para ficar informado sobre as mudanças promovidas.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente em exercício: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XIII • nº 41 SETEMBRO 2008

COMUNICAÇÃO

A programação está sendo utilizada para interagir com os servidores do Tribunal

Nas ondas do rádio

Criada em 2004 para divulgar atos e decisões da Corte, a Rádio do Superior Tribunal de Justiça firmou parcerias, expandiu sua programação, conquistou ouvintes e democratizou informações. Com linguagem simples e direta, ela aproximou a Justiça da sociedade sem perder contato com os servidores da casa. Prova disso é que, recentemente, a Coordenadoria de Rádio lançou um novo produto que funciona como uma linha direta com o quadro funcional: o Jornal do Servidor.

Destinado especificamente aos servidores, o programa é transmitido diariamente pelo serviço de alto-falante, às 12h30 e às 17 horas, e também pode ser acessado pela intranet, na página da Comunicação Social. Com linguagem descontraída, o jornal traz matérias do dia-a-dia do Tribunal e quadros com dicas de português, saúde, cultura, educação financeira e direitos do servidor, entre outras.

Utilizar as ondas do rádio para interagir com os servidores não é uma idéia nova. A novidade é que, desta vez, o programa vem surtindo efeito e conquistando cada vez mais ouvintes. Você pode até não conhecer a fisionomia, mas certamente conhece a voz de Corban Costa, Mara Martinez, Sebastiana Amaral e Karla Bezerra, profissionais que integram a equipe de repórteres e locutores comandada pela coordenadora Carmem Tamanini.

"Além de cumprir nossa missão de informar e aproximar cada vez mais o Judiciário do cidadão, interagir com o servidores da casa sempre foi uma meta da Coordenadoria de Rádio", ressalta Carmem Tamanini, acrescentando que o retorno obtido até o momento tem sido excelente, já que muitos servidores estão sugerindo pautas (matérias) e indicando personagens para o quadro Prata da Casa. "Creio que estamos alcançando nosso objetivo", enfatizou a coordenadora.

A comunicação interna sempre foi um dos pilares da política de comunicação do Superior Tribunal de Justiça. Em 2006, durante o II Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbras), realizado em Porto Alegre, o STJ conquistou o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça na categoria "Campanha de Comunicação Interna" e o segundo lugar na categoria "Veículo de Comunicação Interna".

No mesmo evento, o STJ reafirmou seu compromisso de desenvolver uma política de comunicação destinada a esclarecer a sociedade, aproximar a Justiça da sociedade e promover a melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Evolução

A universalização do acesso às informações para melhor divulgar seus atos, julgamentos e projetos é uma busca constante do Superior Tribunal de Justiça, que vê a informação como um direito da sociedade. Ao divulgar suas decisões para todo território nacional, o STJ está prestando um serviço de utilidade pública a todos os cidadãos brasileiros.

A Rádio do STJ foi ao ar pela primeira vez no dia 11 de maio de 2004. De lá pra cá muita coisa mudou. Utilizando tecnologia digital, a Coordenadoria de Rádio ampliou o acesso aos boletins produzidos diariamente por sua equipe de jornalismo e disponibilizou o material para emissoras parceiras espalhadas por todo o país, que podem reproduzir as informações dentro de suas programações locais.

Atualmente a Rádio do STJ alcança um público estimado de mais de 60 milhões de pessoas, em quase todos os estados e regiões do país. São quase 1.200 emissoras transmitindo os boletins e noticiários sobre os principais julgamentos e decisões da Corte, sendo 536 na região Sudeste, 237 no Centro-Oeste, 222 no Nordeste, 172 no Sul e 7 na região Norte.

Antigamente, as notícias do Tribunal só podiam ser acessadas por meio da Rádio Justiça - via satélite - ou pelo sistema FTP. Hoje, centenas de emissoras utilizam os serviços da equipe de rádio do STJ. Com o novo sistema, o usuário pode escolher ouvir a notícia, salvar o arquivo de áudio em formato MP3 ou ler o texto da matéria.

Durante a semana, o noticiário produzido pela Coordenadoria de Rádio também é transmitido pela Rádio Justiça e a principal matéria do dia é veiculada no espaço da Voz do Brasil dedicado às notícias do Poder Judiciário. Aos sábados e domingos, a Rádio Justiça transmite o STJ Informa, um programa de 15 minutos de duração com os principais fatos da semana. Além dos noticiários para a Rádio Justiça e Voz do Brasil, a Coordenadoria de Rádio produz, em média, 10 boletins diários.

Um dos destaques da programação é o quadro "Direito do Cidadão", que explica de forma didática as conseqüências das principais súmulas – espécie de orientação do STJ aos Tribunais a respeito da interpretação de determinados temas – editadas pelo Superior Tribunal de Justiça. É uma espécie de prestação de serviços, já que várias súmulas protegem especificamente o direito de cidadãos lesados por planos de saúde, previdências privadas, construtoras, operadoras de consórcio e diversas outras situações do cotidiano.

Graças a seu grande alcance – principalmente entre as populações de menor poder aquisitivo e de regiões distantes dos centros urbanos –, o rádio é considerado uma dos mais importantes meios de comunicação. Em pouco mais de quatro anos de atividade, a Rádio do STJ vem contribuindo efetivamente para ampliação da transparência do trabalho do Judiciário, levando à população, da forma mais didática possível, temas jurídicos que têm repercussão na vida dos brasileiros. ▪

Maurício Cardoso – Maurício.Cardoso@stj.jus.br

A Rádio possui estúdio moderno e bem equipado para gravação

TRIBUNAL

Eles mostram conflitos para promover a "união" de entendimentos

Retratos comparados

Um retrato produzido com técnica mais elaborada e riqueza de detalhes. Essa é uma boa definição para o Comparativo de Jurisprudência, trabalho desenvolvido pela Secretaria de Jurisprudência (SJR) e disponível na intranet, em informativo resumido, a cada 15 dias. O objetivo do trabalho é alertar ministros e servidores dos Gabinetes sobre as decisões divergentes proferidas pelas Turmas, Seções e Corte Especial. Essas informações podem facilitar a busca de um consenso para unificar decisões, medida que fortalece ainda mais os posicionamentos do STJ perante o mundo jurídico.

Quem acessa o Comparativo na página da Jurisprudência na intranet tem em mãos um produto de leitura rápida e nem imagina o trabalho "por trás das câmeras" até o texto final. "Nossa equipe, depois de identificar a possível divergência, passa cerca de dez dias analisando os precedentes localizados sobre o tema, bem como as notas taquigráficas e Informativos de Jurisprudência correspondentes às decisões ainda não publicadas. Após análise detalhada, elaboramos o Comparativo com um assunto de cada Seção", explica Tatiane Silva, da SJR. "Algumas vezes, identificamos decisões conflitantes proferidas em uma mesma sessão de julgamento. Nosso trabalho serve de alerta quanto a isso. Ele foi inserido no planejamento estratégico do STJ em 2006 e implantado em fevereiro de 2007."

Pesquisa ainda melhor

O Comparativo traz um exemplo de cada tese divergente. Ao final, no quadro Destaques, apresenta outros julgados relacionados ao tema. Caso o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha se posicionado sobre o assunto, o Comparativo também destaca o entendimento daquela Corte. O usuário tem acesso a todos os julgados analisados pelos servidores da SJR que fazem a comparação das decisões. Basta clicar no link Estudo Completo. Ele abre uma lista com os julgamentos organizados por tese.

Em outubro, a equipe da Jurisprudência promete melhorar ainda mais o serviço, graças a uma parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). A página do Comparativo vai trazer novo link que permitirá a busca de todas as decisões do Tribunal sobre determinada tese, além das destacadas pela equipe da SJR. "Será uma espécie de pesquisa de jurisprudência ainda mais refinada e com atualização automática. É um avanço em termos de pesquisa", ressalta Sedeur Correa, da SJR. ▪

Elaine Rocha - elaine.rocha@stj.jus.br

Palavra de quem entende

Vários ministros utilizam o Comparativo com freqüência e aprovam o trabalho. Um deles é o ministro Arnaldo Esteves Lima. "Sempre utilizo o Comparativo. Ele é muito útil porque mostra as divergências de interpretação, incluindo as posições do STF. É mais uma ferramenta a facilitar o trabalho diário com os processos. Merece ter continuidade!", ressalta.

A ministra Nancy Andrighi também aprova a iniciativa. "Quando identificamos no Comparativo alguma questão que esteja sendo objeto de efetiva divergência entre julgados, discutimos internamente o tema, estudando os casos levantados pelo Comparativo e outras decisões já publicadas. O resultado pode influenciar na elaboração de novos votos em futuros recursos sobre o tema", destaca a magistrada. No entanto, segundo a ministra Andrighi, cabe salientar o fato de que "nem sempre as alegadas divergências são efetivamente colidentes, uma vez que os julgados podem refletir situações concretas assemelhadas, mas não idênticas, o que leva, naturalmente, a resultados diversos nas decisões".

INTERNET

Servidores aproveitam o que a internet tem para oferecer, criando blogs e difundindo informação

Blogs.com.br

O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web (www). É uma nova tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A idéia é que o ambiente on-line se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização de conteúdo.

De baixo custo para publicação na web e disponíveis para milhões de usuários, os blogs estão entre as primeiras ferramentas de Web 2.0 a serem usadas amplamente. O interessante dos blogs é que sempre haverá um pequeno público para uma quantidade de informação gigantesca. Por exemplo: mesmo que você acredite que não há mais ninguém com interesse em samambaias verdes de jardim, você acaba descobrindo que, na verdade, há. E, dessa forma, acontece o que há de mais interessante nos blogs: as pessoas que têm blogs semelhantes vão se conectando e formando uma rede de informação.

O universo dos blogs não é novidade para Cecília Silva Barroso, da Coordenadoria de Editoria e Imprensa (CEIM). "Muita gente falava que eu deveria criar um blog para falar sobre música e cinema, que são paixões antigas que tenho", conta. Por causa de uma licença médica, ela acabou criando quatro blogs: um sobre cinema, um sobre trilhas sonoras, um sobre música e outro sem muito foco, no qual escrevia o que queria. "Com o tempo, vi que não dava para trabalhar com tantos blogs ao mesmo tempo e excluí alguns", explica. Hoje em dia ainda mantém dois, o Cenas de Cinema, que atualiza freqüentemente e o No País das Ritalinas, um pouco menos atualizado. Além dos blogs, ela também está presente em outros sites da Web 2.0 como Facebook, Last.fm, Flickr e outros.

Victor Marcus de Oliveira Castro, da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), também tem mais de cinco blogs, três deles são atualizados com freqüência. Funcionais, seus blogs são para facilitar a vida de quem acessa. "Resolvi criar esses blogs para colocar alguns vídeos e fotos que recebo em vez de enviar grandes arquivos por e-mail e encher a caixa postal da minha lista de colegas e também para divulgar algumas promoções interessantes do site Submarino", explica Marcus. Ele, assim como Cecília, também tem perfis em outros sites como UNKY e Plaxo. ▪

Carolina Nonato- Carolina.nonato@stj.gov.br

Serviço:

Onde criar seu blog:

www.blogspot.com
www.wordpress.com
www.blogger.com

Glossário:

Blog: site em que qualquer pessoa pode postar qualquer tipo de conteúdo, pessoal ou não

Facebook: site de relacionamentos sociais (www.facebook.com)

Last.fm: site que agrega uma comunidade virtual com foco em música. (www.lastfm.com)

Flickr: site de hospedagem e compartilhamento de fotografias (www.flickr.com)

UNKY: caderno de endereços online (www.unky.com)

Plaxo: site de relacionamentos sociais (www.plaxo.com)

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XIII - nº 42 OUTUBRO 2008

SERVIDOR

Secretaria de Gestão de Pessoas promove reformas para motivar os servidores

Talentos valorizados

Todos os anos, 30% dos servidores do STJ trocam de unidade. Em boa parte dos casos, a pedido dos gestores por falta de capacitação, motivação ou comprometimento. Em outros, são pessoas em busca de função ou cargo comissionado.

A alta taxa de movimentação chamou a atenção da nova secretária de Gestão de Pessoas, Kátia Pereira Bessa, que assumiu o cargo há menos de três meses.

Com 25 anos de experiência em recursos humanos, 13 deles no setor público, a psicóloga Kátia Bessa acredita que a raiz do problema seja a incompatibilidade entre o perfil do servidor e as atividades do cargo no qual ele é lotado. Por isso, ela delimitou um novo foco para a Secretaria: fazer a gestão estratégica de pessoas. "Trata-se de acompanhar o servidor desde sua entrada na Casa até o momento em que ele se desliga, promovendo seu desenvolvimento e compatibilizando o perfil pessoal com o perfil das unidades", explicou a secretária.

Para atingir esse objetivo, a SGP está implantando uma série de mudanças. Os servidores que foram colocados à disposição reiteradas vezes já estão sendo monitorados individualmente. É um acompanhamento para identificar seus talentos e necessidades para melhor alocá-los. A intenção é ouvir a todos, não apenas quem já está com problemas. Para isso, foi realizada nos últimos dias uma pesquisa de satisfação para saber se servidores estão satisfeitos com o gerenciamento de suas carreiras.

O resultado servirá, por exemplo, para nortear o planejamento de programas de capacitação e desenvolvimento.

Outra novidade é a mudança no formato de avaliação dos servidores. Atualmente, só o gestor preenche um questionário dando notas para comportamentos como assiduidade, pontualidade e desempenho de algumas atividades. O servidor apenas dá ciência. No novo sistema, que será implantado em abril de 2009, os critérios serão ampliados e haverá a participação do servidor com uma auto-avaliação que será comparada com a do gestor. "O comportamento continuará sendo analisado, mas o foco principal será a competência", afirma Kátia Bessa.

Os novos servidores que ingressarem no STJ não farão mais o tradicional teste psicológico. Essa avaliação foi substituída pelo "*Instrumento de Mapeamento de Perfil*", uma ferramenta que identifica características pessoais, aptidões, potencialidades e talentos do candidato aprovado em concurso público. Essas informações serão utilizadas pela SGP na hora de selecionar o local mais adequado para lotar esse servidor. Trata-se de uma estratégia para motivar os colaboradores e obter melhores resultados para o Tribunal.

Servidores apontaram como grande fator de desmotivação no STJ a falta de critérios objetivos para a distribuição de cargos e funções comissionadas. "Em grande parte dos casos, a distribuição é feita levando em conta apenas as relações pessoais e não a competência", afirmou um deles.

Para Kátia Bessa, o combustível da motivação não é só um dinheiro a mais no bolso. "O que mantém o trabalhador motivado é a possibilidade de realização profissional e a certeza de que ele é importante para geração de resultados", entende a secretária.

Todas as mudanças têm o objetivo de aproveitar melhor os talentos da Casa e motivar os servidores, para que eles tenham prazer em desempenhar suas funções e sintam-se profissionalmente reconhecidos. Quem mais ganha com esse modelo de gestão é o Tribunal. Um profissional motivado e realizado produz mais e melhor. Por outro lado, "toda vez que eu insiro um servidor numa unidade e ele não consegue ficar lá tempo suficiente para gerar resultados, eu estou desperdiçando talento e dinheiro que o Tribunal investiu na sua capacitação", avalia a secretária de Gestão de Pessoas. Kátia Bessa ainda ressalta que um trabalhador insatisfeito se ausenta mais do trabalho por problemas de saúde, muitas vezes provocados por estresse.

Andréa Vieira
andrea.vieira@stj.jus.br

Veja o que está mudando

Para atender as necessidades do servidor, a nova gestão da SGP está alterando inúmeros dispositivos internos. As mudanças foram definidas a partir das demandas que chegam com mais freqüência à Secretaria. Confirme algumas delas:

Adicional de Qualificação:
Está em fase final de elaboração a resolução que vai regulamentar o adicional de qualificação no âmbito do STJ. Os cursos de qualificação serão analisados à luz das atividades que o servidor desempenha e não apenas em relação ao cargo que ocupa. Isso ampliará as possibilidades de receber a gratificação.

Gratificação de Atividade de Segurança:
A gratificação será paga a todos que têm o cargo de agente de segurança e que estejam de fato no exercício dessa atividade, independentemente de onde estejam lotados.

Lotação e Movimentação:
Serão disciplinados procedimentos e práticas, principalmente com a análise sobre a compatibilidade do perfil do servidor com as exigências da unidade onde ele será lotado.

Desenvolvimento na Carreira:
Está em estudo uma nova forma de avaliação de desempenho, pela qual o servidor fará sua auto-avaliação, que será analisada junto com a avaliação feita pelo gestor. A Secretaria de Tecnologia da Informação já está desenvolvendo o sistema.

Estágio:
Está sendo elaborada, em caráter de urgência, resolução para adequar o STJ à nova lei do estágio. A partir de sua implantação, nos próximos dias, todos os estagiários da Casa passarão a ter direito a auxílio-transporte e férias remuneradas.

Programa Permanente de Desenvolvimento:
Estão sendo estabelecidas as bases sobre educação corporativa, definindo os procedimentos de formação gerencial e parâmetros para programas de capacitação.

Encargo de Curso e Concurso:
Uma resolução vai disciplinar a possibilidade de o servidor ser instrutor nos cursos internos ou tutor nos cursos à distância, estabelecendo padrões de remuneração. Embora essa prática já exista, não há regras definidas.

Foto: Sandra Fado

Perfil

Nome: Kátia Pereira Bessa
Cargo: Secretária de Gestão de Pessoas do STJ
Formação: Graduada em psicologia pela UFRJ
Pós-graduada em Psicologia Organizacional pela FGV
Origem: Funcionária de carreira do TSE, foi requisitada pelo STJ
Empresas em que atuou: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Castrol, Atlantic Pretroleum, Rede Ferroviária Federal.

Natalina

Cuidado se você pretende gastar por conta nas compras de Natal. Da mesma forma como ocorreu no ano passado, os servidores que marcaram férias para janeiro de 2009 e optaram por antecipar o recebimento da gratificação natalina não vão contar com este dinheiro em dezembro de 2008. Os valores serão pagos a todos os servidores - aqueles com férias em janeiro ou não - somente no contracheque de janeiro.

Corrida pelo ouro

Parte do calendário esportivo da cidade, a Corrida do Judiciário foi um sucesso absoluto. Foram 450 atletas entre 12 e 65 anos distribuídos em 24 categorias. Fruto de uma ação do Programa STJ Qualidade de Vida, voltado, originalmente, para servidores do Tribunal, o então I Encontro de Corredores do STJ virou, há cinco anos, uma competição aberta a todo o Judiciário e Ministério Público, inclusive para os familiares. A idéia não poderia ser melhor. A procura foi tanta que há corredores de outros estados, como a oficiala de justiça Ana Márcia Borges Gomes, da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, que vem a Brasília só para participar.

Servidor

A prorrogação da licença-maternidade já está valendo no STJ

Tempo a mais para ser mãe

Foto: Sandra Fado

Germara: mais tempo para amamentar e curtir a família

Olho no calendário. A hora de voltar a trabalhar é sempre momento de tensão para as mães que estão em licença-maternidade.

Os desafios são inúmeros: envolvem desde o preparo psicológico para deixar o bebê aos cuidados de terceiros até a organização racional da rotina para não deixar lenços, fraldas e chupetas pelo caminho.

A Lei 11.770 garantiu um período maior para que a mãe fique com seus filhos.

No STJ, as servidoras já podem usufruir o benefício. O presidente Cesar Asfor Rocha assinou portaria disciplinando a matéria. Quem deveria estar voltando a trabalhar agora tem um tempo a mais para ficar com os pequenos.

É o caso da servidora da Primeira Turma Sílvia Sayuri, que chegou a freqüentar o berçário por três dias, mas voltou para casa para ficar mais dois meses com o filho Lucas. "Estou mais tranqüila", garante. "Ele é muito bebezinho para ficar tanto tempo longe de mim".

A prorrogação foi editada para que o bebê aproveite melhor o período de aleitamento materno. É tempo de reforçar a interação mãe e filho. "A gente volta a trabalhar logo numa fase em que o bebê começa a ficar mais sorridente e brincalhão", diz Germara, que vai aproveitar os dois meses a mais para multiplicar os carinhos a Gabriela (três meses), Rafaela (dois anos) e Matheus (cinco anos).

Tempo no berçário

Aliada à notícia de voltar a trabalhar um pouco mais tarde, as mães do STJ ainda podem se beneficiar com o prolongamento de prazo em que os bebês possam ficar no berçário.

A direção do Tribunal está estudando a possibilidade de estender para um ano e meio o tempo limite de estadia dos pequenos. Hoje é de um ano.

A médica responsável pela unidade, Dra. Anita Essinger Toledo, informou que a medida ainda depende de adequação do ambiente, mas tudo caminha para que a medida seja aprovada.

Catarina França
catarina.franca@stj.jus.br

A Prorrogação da Licença...

- Aplica-se às servidoras ocupantes de cargo efetivo, em função comissionada ou cargos em comissão, inclusive sem vínculo afetivo.
- É garantida à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção:
  - de crianças menores de um ano, a prorrogação é de 45 dias;
  - no caso das maiores de um ano, 15 dias.
- Quando coincidir com o período da fruição de férias, estas serão alteradas para o término da prorrogação, se a servidora não requerer outra data.
- As servidoras que tenham retomado as atividades entre 10 de setembro de 2008 e a data da publicação da portaria terão direito ao gozo dos dias de licença não usufruídos em período imediatamente posterior ao fim da prorrogação.

Estágio

A aplicação da nova lei está em estudo pela equipe do Tribunal

Nova lei do estágio

Mais clareza em relação aos direitos e deveres de estudantes, empresas e instituições de ensino

A nova Lei do Estágio, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 25 de outubro, definiu novos parâmetros para a contratação de estagiários no Brasil. Desde então, ela vem provocando uma importante discussão entre instituições de ensino, meio empresarial e estudantes. Alguns acreditam que, por a lei ser mais onerosa ao contratante, o número de ofertas de estágio diminuirá; outros apostam em um aumento de vagas para o setor. O certo é que a nova lei abriu os olhos para questões até então ignoradas pela maioria dos contratantes, como o auxílio-transporte e o limite de carga horária.

É importante frisar que a Lei nº 11.788 vale para contratos firmados após a sua publicação, ou seja, após 26 de setembro de 2008. Uma das principais novidades para os estudantes que firmaram o Termo de Compromisso de Estágio na vigência da nova lei, ou ainda o renovarão, é a carga horária de até seis horas diárias e 30 horas semanais, com exceção para os alunos da educação especial, a qual não ultrapassará quatro horas diárias e 20 horas semanais. Além disso, os estagiários passam a ter direito a férias remuneradas de 30 dias após 12 meses de estágio na mesma empresa, ou proporcional ao tempo de serviço.

Novos direitos

O seguro contra acidentes pessoais também foi tratado pela nova lei. No contrato do estudante deve constar o nome da seguradora e o número da apólice; além disso, o seguro deve ter os valores compatíveis com o mercado. Foi estabelecido ainda que um supervisor poderá orientar até dez estagiários. O limite máximo de permanência na mesma empresa é de dois anos, exceto se o estagiário for portador de alguma deficiência.

Outra conquista importante é o direito à remuneração e a auxílio-transporte, que passa a ser obrigatório, com poucas exceções. O estagiário, a critério da empresa, pode receber os mesmos benefícios concedidos aos funcionários sem que se estabeleça vínculo empregatício. Com a nova lei, profissionais liberais, como advogados e engenheiros, que tenham registro em seus respectivos órgãos de classe, podem contratar estagiários. Isso pode aumentar significativamente a oferta de estágios, que atualmente possui um grande déficit. Segundo a Associação Brasileira de Estágios (Abres), as mudanças afetam diretamente cerca de 1,1 milhão de estagiários em todo o país, mas influenciam cerca de 14 milhões de estudantes.

As áreas competentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estão discutindo a melhor maneira de implementar a nova lei. Atualmente, o Tribunal tem 616 estagiários, mas, devido à grande rotatividade, esse número varia dia a dia. A maioria cursa o nível superior, totalizando 437 estagiários. De nível médio há 179 estudantes. A nova lei afeta diretamente os estagiários de nível médio por estabelecer uma proporção entre os limites das vagas de estágio em relação ao quadro de funcionários da empresa. Segundo a Abres, isso deve acarretar uma diminuição significativa de vagas para esses alunos. Atualmente, há cerca de 385 mil estagiários de nível médio no Brasil.

Apesar das especulações sobre possíveis aumento e diminuição nos números de vagas, há um consenso no sentido de reconhecer que a nova lei trouxe enormes benefícios, ainda mais se levado em conta que a última lei que regia essa relação era de 1977 e estava bastante defasada. De lá para cá, muita coisa mudou e se fez necessário um novo ordenamento jurídico levando em conta o contexto atual. Agora os personagens dessa relação terão que se adaptar à nova realidade para que possam enxergar as novas regras como um avanço.

Diogo Silva
diogo.silva@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Leonel Laterza e Isabel Ramos/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XIII • nº 43 NOVEMBRO 2008

SAÚDE

Atividades inusitadas realizadas sem cobrança podem ser uma terapia de satisfação

Vai um *hobby* aí?

Em tempo de estresse, pensar e fazer algo sem compromisso pode ser um refúgio. Um *hobby* é algo que não está ligado à atividade profissional e, por isso, leva sua atenção para longe daquilo que cansa e causa tensão. Mas o que faz alguém procurar um *hobby*? "A necessidade de diversificar", explica a psicóloga Maria Elisa Fonseca Grosner, da Seção de Assistência Psicossocial do STJ. Ela diz que, assim como limpamos a casa, precisamos também fazer uma higiene mental, isto é, passar um tempo fazendo coisas diferentes, pelo prazer que isso traz.

Os benefícios começam pelo conhecimento, já que é preciso se envolver no universo do *hobby*. O servidor Milton Hoffmann achou na metalurgia e na marcenaria orientações para desenvolver suas facas. Engenheiro florestal responsável pelo paisagismo do STJ, Milton é cuteleiro desde 1990 e não cansa de estudar o assunto. O resultado foi um curso de extensão em cutelaria que ele ministra na Universidade de Brasília (UnB).

Há *hobbies* que aliam a satisfação ao condicionamento físico. Para começar a praticar *windsurf*, a servidora Deuza Lopes teve de aprender a nadar e manter o preparo físico em dia, com musculação. Ela explica que o esporte pode ser aprendido por crianças desde os oito anos. E não há limite de idade. "Basta ter técnica, vontade e vento", resume.

Muitos Benefícios

Os maiores benefícios são, sem dúvida, psicológicos. A relação com o *hobby* começa por uma escolha pessoal, o que já traz satisfação. Quando fazemos algo com padrão diferente e sem exigências externas, estamos mantendo a mente "limpa" de fatores estressores. Além disso, as reações fisiológicas são diferentes também, o que proporciona um descanso ao organismo. Por isso um *hobby* pode trazer melhoras em sintomas de estresse.

Pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Stress mostra uma forte associação entre estresse excessivo e crônico e o desenvolvimento de várias doenças, como hipertensão, enfarte e úlceras. E, como a prática de um *hobby* atua no controle dos fatores que causam o estresse, nada mais natural do que sentir um reflexo positivo da atividade diretamente na saúde.

Foi o que aconteceu com os servidores Lauro Rocha Reis e Elizabeth Ribeiro. Lauro conseguiu manter a hipertensão sob controle depois que passou a dedicar-se ao ferreomodelismo. E Beth atribui à dedicação dispensada aos cáctus que cultiva em sua casa a melhora de terríveis crises de enxaqueca.

Mas é preciso ficar atento para o *hobby* não se tornar um vício. A pessoa deve ter total controle sobre a demanda da atividade, ou seja, decidir o quanto e como fazer em um determinado tempo. "Deve ser uma atividade que não traga nenhum, ou pouquíssimo desgaste", conclui a psicóloga Maria Elisa. Outro sinal amarelo acende quando o *hobby* começa a prejudicar as outras funções que temos na vida. ▪

Sheila Messerschmidt
sheila.messer@stj.jus.br

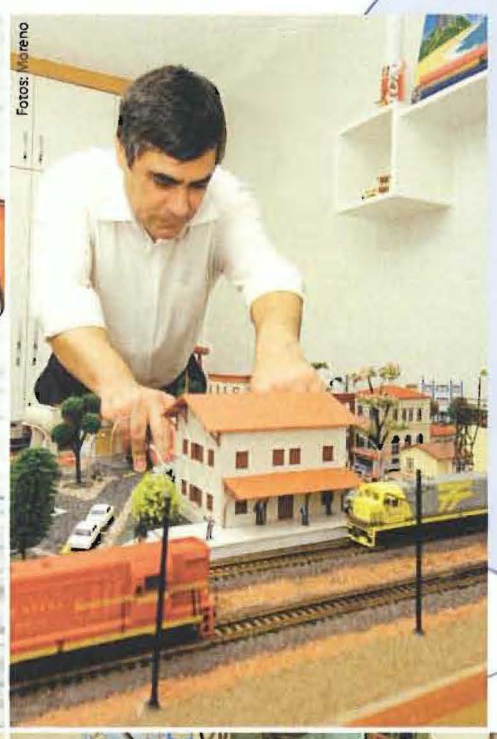
Escolha o seu

Windsurf

"Você se sente brincando"

Incentivada pelo namorado, a jornalista Deuza Lopes começou a se interessar por esportes náuticos em 2005. Só tinha um probleminha: ela não sabia nadar. Para conciliar a proximidade do amado com a prática de um *hobby* esportivo, Deuza não pensou duas vezes: caiu na água. No segundo mês de aula, já estava às margens do lago Paranoá, com mãos na vela e pés na prancha de *windsurf*. Ela conta que, com o *hobby*, aprendeu a respeitar seus limites. "É importante saber quando se está cansado e parar." Seu condicionamento físico melhorou e, de tabela, ainda fisgou o maridão. Hoje, eles têm uma rede de amigos ligados ao *windsurf* e já criaram até um *site* sobre o esporte, o Clube do Vento.com. As próximas férias? Quem sabe no Havaí, onde venta muito, é claro!

Arquivo pessoal


Fotos: Moreno

Ferreomodelismo

"Sou um menino realizado"

Nove locomotivas e 55 vagões têm tirado o sono do coordenador da Quinta Turma, Lauro Rocha Reis. Desde março, ele passa boa parte das noites sobre uma estrada de ferro que construiu dentro do quarto do filho. Tudo em miniatura, é claro, mas réplicas perfeitas dos originais. Lauro descobriu o ferreomodelismo na vitrine de uma loja e se encantou. Estudou cada composição e sabe detalhes técnicos de provocar inveja em engenheiros e ferroviários. "Quero conhecer bem o que faço". Diz que ganhou em concentração e, com a dedicação ao *hobby*, os picos de pressão alta diminuíram. Para completar, Lauro desenvolveu uma cidade para sua linha férrea. O asfalto é construído por ele, pedrinha por pedrinha. "Ainda não estou satisfeito. Quando estiver, o *hobby* acaba."

Cultivo de plantas

"Mexer com a terra é muito gostoso"

Pode-se dizer que a servidora Elizabeth Ribeiro é uma hobby-maníaca. Ela já foi motociclista, dedicou-se de alma ao *patchwork* e, há cerca de um ano, cultiva cáctus. Isso mesmo. Aquelas plantinhas espinhentas e selvagens que sofrem à bessa com o preconceito humano. Beth garante que eles sempre reservam uma surpresa a quem os cultiva. "É inacreditável a beleza das flores que os cáctus podem dar", conta. A flor do mandacaru, por exemplo, dura só uma noite. Ela já soma em sua casa nada menos que 500 exemplares da planta.

Cutelaria

"O artesão sempre busca a evolução"

Aos nove anos, o menino Milton Hoffmann driblou a proibição do avô. Martelou um cano de alumínio e, com farinha e papel higiênico, fez o cabo do que imaginou ser uma faca. Foi a primeira do cuteleiro, que hoje tem renome internacional. A paixão de Milton existe desde a infância, mas se tornou *hobby* muitos anos depois. Por conta dele, Milton mudou-se para uma casa, onde ergueu sua oficina. "Quando me afasto de lá, fico infeliz", confessa. Já são quase 20 anos de ofício e ele garante que nunca produziu duas facas iguais.

TRIBUNAL

O Berçário do STJ completa 10 anos com aprovação unânime das mamães

Uma década de carinho

Há dez anos, o Berçário é o setor do STJ que mais conquista o coração das mamães que são servidoras. O serviço tem elogios unânimes e quem deixa seu filho lá sabe que pode contar com a dedicação e o carinho de profissionais enquanto trabalha.

O Berçário foi criado na gestão do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, com o objetivo de ser um local de bem-estar e tranqüilidade, evitando que a amamentação seja interrompida devido ao término do período de licença-maternidade. As crianças entram a partir dos cinco ou seis meses, quando as mamães voltam da licença e ficam no Berçário até um ano e dois meses.

Além de o Berçário prestar os cuidados básicos como higiene, saúde e alimentação, há também uma particularidade: o apoio psicossocial e no desenvolvimento pedagógico das crianças. São três ambientes diferentes, para atender exatamente a demanda de cada período na vida do bebê. "Desde brinquedos até alimentação, as particularidades dos bebês mudam muito de um mês para o outro", explica a psicóloga responsável, Flávia Agra.

Atualmente são 29 crianças que passam o dia no Berçário. O limite é uma "cuidadora" para cada três bebês. Cuidadora é o nome dado às auxiliares responsáveis pelos cuidados de higiene, estimulação e recreação dos bebês. No período da manhã e da tarde, o Berçário conta com 18 cuidadoras, número suficiente para garantir uma boa estada para os pequeninos.

Maria Aparecida Porfírio, servidora da Primeira Turma, é mãe dos gêmeos Alícia e Miguel e só tem elogios. "O trabalho é muito profissional, eu me sinto muito segura. Quando você vai buscar seu filho no final do dia, ele está alimentado, trocado e feliz. É fantástico."

Há planos para que as crianças possam ficar no Berçário até um ano e seis meses, idade em que já podem ir para a escolinha. "Terão que ser feitas algumas modificações, pois as demandas de crianças com um ano e meio são bem diferentes", explica Flávia.

No Berçário as crianças passam a conviver com outras, tornando-se mais sociáveis e independentes. Além disso, as mães também acabam se aproximando mais, trocando experiências e criando amizades que contribuem para a melhoria da qualidade do trabalho.

E o resultado disso? Aprovação unânime! "Há um formulário a que as mães respondem no último dia de permanência das crianças e a maioria sempre coloca nota 10 em todos os quesitos. Aqui, no Berçário, é feito um trabalho que não existe na maioria das creches", explica Flávia.

Para Carolina de Campos Martins, servidora da Sexta Turma, o trabalho que é feito no Berçário é maravilhoso. "Todos os órgãos deveriam ter algo assim. A minha filha, por exemplo, está fazendo nebulização de hora em hora. Onde mais eu poderia acompanhar os cuidados assim de tão perto?" Carolina brinca ao afirmar que a única coisa ruim é que sua filha terá de sair logo, pois já tem um ano e um mês. "A atenção e o carinho que as cuidadoras dão são imensos. Considero-as segundas mães." ▪

Carolina Nonato
carolina.nonato@stj.jus.br

Foto: Carlos Figueiredo

SAÚDE

Projeto idealizado pela SIS promete provocar reflexões sobre os processos que envolvem aposentadoria

Sempre é tempo de aprender

Depois de muitos anos de trabalho, chega o momento de começar a refletir sobre a nova etapa da vida que se aproxima – a aposentadoria. As expectativas são grandes, já que, ao longo dos anos, o servidor criou uma identidade com seu trabalho e nesse momento se vê diante de uma nova realidade. O fato é que, com informação, reflexão e diálogo, essa transição pode proporcionar ótimas possibilidades, tão ricas e satisfatórias quanto as anteriores.

Foi pensando nisso que a equipe da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) idealizou o programa "Sempre é Tempo de Aprender", apresentado aos servidores no dia 18 de novembro.

A idéia principal é proporcionar reflexões e discussões sobre os diversos fatores que envolvem a aposentadoria. O projeto é aberto a todos os servidores, inclusive aos aposentados, mas a prioridade são os servidores que se aposentarão nos próximos dois anos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui 115 servidores nessa situação.

Qualidade de vida

O projeto foi elaborado pelas servidoras Simone Pinheiro e Fátima Regina. Segundo elas, a idéia é trabalhar junto com o servidor, para que ele possa se desligar do trabalho com uma qualidade de vida melhor. Só para se ter uma idéia, atualmente o quadro funcional do STJ conta com 337 servidores com faixa etária entre 52 e 61 anos, em que acontece o maior número de aposentadorias. Entre os ministros, 80,64% estão na faixa etária entre 53 e 68 anos.

Como se sabe, o envelhecimento pede mais atenção e cuidado em todos os níveis. Pensando nisso, o projeto atuará preventivamente, para manter ou melhorar a qualidade de vida dos servidores, buscando sempre a humanização desse processo. Para isso, a equipe de Saúde realizou um levantamento das necessidades e anseios desses servidores e, a partir daí, definiu os temas que serão discutidos entre os especialistas e participantes por meio de módulos mensais.

Os temas serão os projetos de vida, direitos e deveres dos "pré-aposentados", empreendedorismo, saúde financeira, desligamento do trabalho formal, aspectos fisiológicos de envelhecimento, autoliderança, família, serviço voluntário, aspectos psicológicos e socioculturais do envelhecimento. Os encontros privilegiarão o contato entre os participantes, e a experiência compartilhada enriquecerá o repertório de possibilidades.

A troca de experiências será fundamental. É como pensa a servidora Deisemar Moraes, que atualmente trabalha na Informática, mas dedicou 32 anos de trabalho ao Tribunal, antes mesmo de ele se tornar o STJ dos tempos atuais. "A gente passa por diversas etapas dentro do Tribunal. Creio que esse projeto trará mudanças positivas para servidores que estão na reta final do tempo de serviço, estimulando-os a novos projetos de vida", afirma ela. ▪

Diogo Silva
diogo.silva@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Vice-presidente:** ministro Ari Pargendler • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sergio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
...de você!
Ano XIII - nº 44 DEZEMBRO 2008

TRIBUNAL

Servidor é convocado a se integrar à realidade do processo eletrônico

Identidade e certificação digital

Esqueça os carimbos, rubricas, capas coloridas e assinaturas em livros de protocolo. No Judiciário informatizado, a integridade dos dados, documentos e processos enviados e recebidos por seus servidores serão atestados por identidade e certificação digital. A assinatura digital serve para codificar o documento de forma que ele não possa ser lido ou alterado por pessoas não autorizadas; a certificação é uma espécie de "cartório virtual" que garante a autenticidade dessa assinatura.

Futuro? Que nada! Com a consolidação do processo de informatização, a movimentação de documentos administrativos e a tramitação de processos por via eletrônica já fazem parte da rotina de trabalho de vários setores do Judiciário. E os servidores que atuam nessas áreas, como os lotados na Secretaria dos Órgãos Julgadores, precisam se integrar a essa nova realidade.

O STJ, em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF), está fornecendo Certificado Digital Institucional (Cert-JUS) para os servidores que necessariamente utilizarão assinatura digital em suas rotinas de trabalho. O certificado identifica seu titular como servidor da casa, com dados do órgão, local de lotação, matrícula e dados pessoais.

O servidor interessado em obter o Cert-JUS deve preencher o formulário de solicitação, apresentar pessoalmente originais e cópias dos documentos necessários e assinar o termo de titularidade na agência da CEF. Após a assinatura do termo, o certificado digital é gerado com um par de chaves (pública e privada) e, depois de confeccionado em cartão inteligente (*smartCard*) ou Token USB (*pen drive*), recebe uma senha PUK, utilizada para reativar um cartão bloqueado, e uma PIN, número de identificação pessoal, com códigos pessoais e intransferíveis definidos pelo titular.

O Cert-JUS é destinado à assinatura de documentos, correio eletrônico, acesso a aplicações e redes institucionais, entre outras funções. Além de assegurar o sigilo e autenticidade de informações e documentos através da utilização da criptografia, o certificado digital garante confiabilidade, privacidade, integridade e inviolabilidade às atividades profissionais e pessoais realizadas pela internet.

Por ser um documento eletrônico extremamente seguro, a identidade digital também permite ao seu portador executar com segurança operações *on line* com outras instituições públicas ou privadas, como movimentar conta bancária e até prestar contas ao Leão.

É isso mesmo: o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) da Receita Federal disponibiliza um amplo atendimento aos contribuintes pela internet, mas, para usar os serviços do e-CAC, é necessário ter um certificado digital. Com ele, o portador pode fazer sua declaração de Imposto de Renda e solicitar virtualmente diversos documentos no *site* da Receita.

A iniciativa de fornecer o certificado gratuitamente a um número limitado de servidores faz parte da caminhada do STJ rumo à digitalização total dos processos e tem como base a Lei n. 11.419, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e a movimentação eletrônica de documentos no Poder Judiciário. Não é de hoje que o presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha, ressalta a importância da substituição dos processos em papel por processos eletrônicos, como instrumento de racionalização e agilização dos trabalhos do Judiciário.

A transformação dos atuais processos pelos arquivos digitalizados é um caminho sem volta, e, depois de digitalizados, todos os demais andamentos dos autos também passam a ser feitos por meio eletrônico, dispensando o uso do papel e a movimentação física dos processos.

No início de 2009, todos os processos da competência da Presidência, como suspensão de segurança, suspensão de liminar e de sentença, reclamação e agravo regimental, terão andamento exclusivamente digital. No segundo semestre, a expectativa é que todos os processos em trânsito no Tribunal estejam digitalizados. Os servidores que hoje trabalham com o transporte e o armazenamento de recursos serão remanejados para outras áreas, visando à otimização de recursos humanos.

O Cert-JUS é certificado pela AC-JUS, autoridade certificadora que reúne os órgãos do Poder Judiciário e integra a Infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil. Sua tecnologia permite que sejam criptografados processos, *e-mails*, documentos e arquivos em meio eletrônico, conferindo-lhes autenticidade de origem e autoria, integridade de conteúdo e confidencialidade. ▪

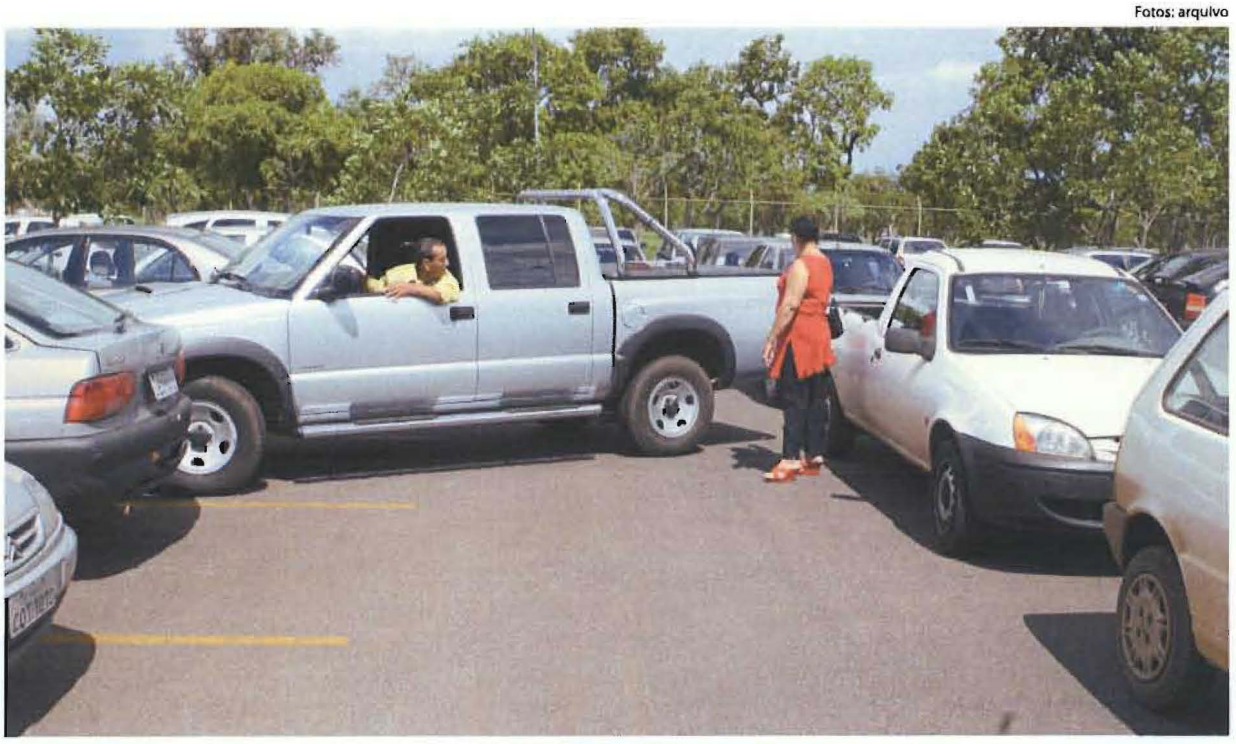
Maurício Cardoso
mauricio.catharino@stj.jus.br

Trânsito

Solução para a falta de estacionamento próximo ao STJ depende agora do GDF

Ano novo, vaga nova

Fotos: arquivo



As dificuldades para estacionar estão com os dias contados

A temporada de chuvas começou e, por conta disso, mais pessoas estão se deslocando de carro pela cidade. Um agravante para a complicada missão de encontrar uma vaga para estacionar próximo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O problema atinge visitantes e servidores, especialmente nos dias de sessão de julgamento (terças, quartas e quintas-feiras), quando a circulação pelo Tribunal praticamente dobra, chegando a oito mil pessoas.

No estacionamento oeste (edifício da Taquigrafia), uma placa indica que é preciso aguardar na fila quando a área está lotada. Mas nem sempre a ordem é respeitada e, não raro, vê-se bate-boca entre os motoristas. Outra saída foi encontrada por alguns advogados que têm pressa para acompanhar as sessões de julgamento. Oferecer dinheiro em troca da vaga. O comércio não pegou, porque os servidores também têm horário a cumprir.

E foi exatamente a pressa que custou ao universitário Alex Lima, 23 anos, estagiário do STJ, uma multa no valor de R$ 85,13. Sem encontrar vaga, ele parou o carro na pista em frente ao Tribunal. Mas, em setembro passado, o Departamento de Trânsito (Detran-DF) proibiu o estacionamento nos dois sentidos daquela pista. Como havia outros carros por ali, Alex arriscou. Todos foram multados. "Depois disso, prefiro deixar o carro mais longe e caminhar para não chegar atrasado ao estágio", conta.

Nas mãos do GDF

O problema chegou à alta cúpula do Governo do Distrito Federal (GDF). No início de outubro, o governador, José Roberto Arruda, e o vice-governador, Paulo Octávio, estiveram no Tribunal para ouvir a reivindicação de ampliação dos estacionamentos. Agora, a solução está nas mãos de técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A idéia é realizar um estudo sobre a circulação de carros na região, já levando em conta os novos prédios que estão sendo construídos.

Os projetos desenvolvidos pela área de arquitetura do STJ foram encaminhados ao GDF. A construção de duas garagens subterrâneas é um deles. Renderia 1.500 vagas em dois níveis de estacionamento. No entanto o custo é alto, cerca de R$ 32 milhões para uma área de 32 mil m². Outra proposta prevê a ampliação do estacionamento leste em mais 1.600 vagas. E a terceira propõe a ampliação do mesmo estacionamento até a Avenida das Nações, o que renderia cinco mil novas vagas. Neste caso, a obra atingiria área de preservação ambiental, o que inviabilizaria a pavimentação.

"Trata-se de estudos que já realizamos e que podem auxiliar o GDF a encontrar a melhor solução", explica o arquiteto e servidor Joaquim Torreão Braz. Ele acredita que, com o comprometimento do governo local, a falta de vagas ao redor do Tribunal pode ter uma solução definitiva. ▪

Sheila Messerschmidt
sheila.messer@stj.jus.br

Servidor

A proposta prevê reestruturação dos cargos, carreiras e da política de remuneração

Novo plano de cargos e salários

O presente de Natal dos servidores já está sendo preparado. O ano ainda não acabou, a última parcela do PCS foi aplicada no mês de dezembro, mas um mundo de esperança para nossas carreiras já se avizinha no horizonte junto com o novo ano: uma versão preliminar do projeto de lei que institui o novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores públicos do Poder Judiciário.

A grande novidade do novo plano é que ele prevê uma reestruturação completa dos cargos, carreiras e da política de remuneração, com ênfase no desenvolvimento funcional do servidor baseado no mérito, tempo de serviço e participação em programas e projetos de capacitação e educação, com foco na gestão por competências. Tudo isso, tendo em vista as necessidades da administração pública, mas também, como não poderia deixar de ser, os interesses dos servidores.

O projeto de lei prevê o atendimento de reivindicações antigas, como a ocupação de pelo menos 60% dos cargos em comissão existentes em cada órgão do Judiciário por servidores efetivos de seu quadro de pessoal, selecionados mediante critérios técnicos, em processo seletivo interno, na forma prevista em regulamento.

Prevê também que o exercício das funções comissionadas seja exclusivo dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo integrantes da carreira judiciária, observados os requisitos de qualificação e experiência.

O novo plano pretende aplicar a filosofia da multifuncionalidade, por meio da adoção de cargos amplos e estratégicos. Isso deverá englobar, num mesmo cargo e área de atuação, somente as atividades que agregam valor aos órgãos.

O desenvolvimento na carreira não está sendo esquecido. A gestão de desempenho levará em consideração as necessidades estratégicas do órgão, os interesses dos servidores e as condições de trabalho oferecidas. Por exemplo, o servidor que permanecer no mesmo padrão, por dois anos consecutivos, por não obter progressão funcional por mérito terá, automaticamente, no início do terceiro ano, a progressão de um padrão, a título de progressão por antigüidade.

"O novo projeto não trata apenas da melhoria financeira, mas das próprias condições do trabalho", ressaltou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus), Roberto Policarpo. Ele espera que os servidores participem com sugestões para que o novo Plano não deixe nada de fora e possa contemplar os legítimos desejos da categoria.

O texto preliminar foi apresentado pelo Sindjus no dia 21 de novembro. O presidente do STJ, ministro Cesar Rocha, já declarou apoio ao novo Plano, considerando justa a reivindicação. O representante do STJ na comissão interdisciplinar, Jean Carlo Botelho, aposta na experiência para fazer sugestões. Até março, o texto deverá estar fechado. ▪

Rosângela Maria
rosangem@stj.jus.br

CARGO	CLASSE	PADRÃO	REMUNERAÇÃO
Analista Judiciário Oficial de Justiça Avaliador Federal	C	15	12.967,33
		14	12.589,64
		13	12.222,95
		12	11.866,94
		11	11.521,30
	B	10	11.185,73
		9	10.859,93
		8	10.543,63
		7	10.236,53
		6	9.938,38
	A	5	9.648,91
		4	9.367,88
		3	9.095,02
		2	8.830,12
		1	8.572,93
Técnico Judiciário	C	15	9.648,91
		14	9.367,87
		13	9.095,02
		12	8.830,12
		11	8.572,93
	B	10	8.323,23
		9	8.080,81
		8	7.845,45
		7	7.616,94
		6	7.395,09
	C	5	7.179,70
		4	6.970,58
		3	6.767,55
		2	6.570,44
		1	6.379,07
Assistente Judiciário	C	15	7.179,70
		14	6.970,58
		13	6.767,56
		12	6.570,44
		11	6.379,07
	B	10	6.193,27
		9	6.012,89
		8	5.837,75
		7	5.667,72
		6	5.502,64
	A	5	5.342,37
		4	5.186,77
		3	5.035,70
		2	4.889,03
		1	4.746,63

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Vice-presidente:** ministro Ari Pargendler • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sergio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br